



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

- E D I T A L -

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025

PROCESSO INTERNO Nº 1731/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPI'S & EPC'S) A SEREM USADOS NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ torna público que se acha aberta a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

O edital poderá ser obtido via internet através dos sites www.tremembe.sp.gov.br; <https://www.gov.br/pncp/pt-br> ou www.novobbmnet.com.br, gratuitamente.

Este certame será regido pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 7.148 de 28 de dezembro de 2023¹, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; no que couber, Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.293, de 05 de dezembro de 2007. Entende-se, neste instrumento convocatório, que estão implícitas todas as alterações e regulamentações em vigor dessas mesmas leis, independente de expressa citação neste sentido, quando da indicação do texto legal.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DISPUTA DE LANCES E ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

25/04/2025 às 14h00min.	INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS
12/05/2025 às 08h59min.	FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS
12/05/2025 às 09h00min.	ABERTURA, AVALIAÇÃO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS
Tão logo encerrada a abertura e avaliação das propostas.	ABERTURA E DISPUTA DE LANCES
Após o encerramento da fase de lances e definição dos vencedores	RECEBIMENTO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

VALOR ESTIMADO: R\$ 304.272,10 (trezentos e quatro mil, duzentos e setenta e dois reais e dez centavos)

DA SESSÃO: O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias. A sessão será conduzida por (a) pregoeiro (a) (a),

¹ Disponível em <https://tremembe.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/DECRETO-N%C2%B0-7.148.pdf>





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

auxiliado pela Equipe de Apoio, designados em Portaria constante do Processo em epígrafe, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias. (www.novobbmnet.com.br). A realização do certame em formato eletrônico atende ao disposto no art. 17, § 2º da Lei nº 14.133/21.

ESCLARECIMENTOS: Pedido de esclarecimentos será apresentado EXCLUSIVAMENTE em campo próprio, no sítio: (www.novobbmnet.com.br), opção ESCLARECIMENTOS, encaminhada à Autoridade Competente pelo certame, aos cuidados do (a) (a) pregoeiro (a) (a).

1. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1.1. Poderão participar da presente licitação as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste edital.

1.2. Não serão considerados quaisquer documentos e propostas entregues em local, horário e formas diferentes, bem como encaminhados por Fax ou outros meios eletrônicos.

1.3. Nesta licitação não será permitida a participação de:

1.3.1. Organizações Sociais;

1.3.2. Empresas que se encontrem em regime de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, exceto empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Súmula 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

1.3.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

1.3.4. Pessoas físicas ou jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar nos termos dos §§ 4º e 5º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21. Se a punição vier a ocorrer durante o andamento desse processo, esta Administração, assegurado o direito à ampla defesa, poderá excluir a empresa do certame;

1.3.4.1. Indicar o líder e conferir-lhe amplos poderes para representaras consorciadas, ativa e passivamente, em todos os atos necessários durante o processo licitatório;

1.3.4.2. Para verificação de eventuais impedimentos, conforme previsto no Art. 14 da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 7.148/2023² e no Item 1.3.4, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, serão consultados os seguintes cadastros:

1.3.4.2.1. Registro de Sanções Administrativas da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé;

1.3.4.2.2. Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU)³;

1.3.4.2.3. CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)⁴;

² Conforme dispõe a Lei Municipal nº 4.238, de 11 de fevereiro de 2016. O Diário Oficial Eletrônico do Município de Tremembé, está disponível no endereço: <http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial>.

³ Disponível em <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS> ou <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

⁴ Disponível em https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php ou <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

1.3.4.2.4. CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas do Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (CGU)5;

1.3.4.2.5. CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas do Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (CGU)6;

1.3.4.2.6. Restrição de Contratar com a Administração Pública do Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF7;

1.3.4.2.7. Certidão de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP8.

1.3.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

1.3.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

1.3.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

1.3.8. Autor do anteprojeto ou projeto básico, pessoa física ou jurídica;

1.3.9. Empresa, isoladamente ou consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;

1.3.10. Cooperativa de mão de obra.

2. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.1. Será permitida a participação de consórcio.

2.2. A participação de empresas em consórcio deverá atender a legislação aplicável, assim como as seguintes condições:

2.2.1. É vedada a participação de empresa consorciada nesta licitação através de mais de um consórcio ou isoladamente.

2.2.2. Para a participação sob forma de consórcio, deverá ser apresentado o respectivo ato constitutivo ou compromisso formal de sua constituição, por instrumento público ou particular, subscrito pelas consorciadas. Neste documento devem constar, com clareza e precisão, os compromissos destas empresas entre si, em relação ao objeto da licitação e em relação ao prazo de duração da contratação.

2.2.3. O instrumento de compromisso público ou particular de constituição do consórcio deverá, obrigatoriamente, ser subscrito pelos consorciados, sob pena de inabilitação, bem como assinalar as respectivas proporções (percentual) de participação das empresas consorciadas e:

⁵ Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc> ou <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

⁶ Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc> ou <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

⁷ <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>

⁸ <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

2.2.3.1. Indicar o líder e conferir-lhe amplos poderes para representaras consorciadas, ativa e passivamente, em todos os atos necessários durante o processo licitatório;

2.2.3.2. Estipular que a empresa líder do consórcio representará, com exclusividade, as demais empresas consorciadas no decorrer da licitação, responsabilizando-se sob os aspectos técnicos e administrativos, podendo, inclusive, assumir obrigações pelas demais, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas;

2.2.3.3. As empresas consorciadas serão responsáveis solidariamente pelos atos praticados em consórcio durante fase de licitação e também durante a execução do respectivo contrato, nesta última hipótese em regime de solidariedade com a empresa Concessionária a ser constituída pelos membros do consórcio.

2.2.4. São condições de liderança da empresa responsável pelo consórcio:

2.2.4.1. Ser empresa nacional;

2.2.4.2. Ter poderes expressos para receber citações, intimações e responder administrativa ou judicialmente pelas demais consorciadas; e,

2.2.4.3. Ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contratos e praticar todos os atos necessários, visando à perfeita execução de seu objeto.

2.2.5. Cada empresa participante terá que apresentar, individualmente, toda a documentação de habilitação definida por esse Edital e seus Anexos.

2.2.6. Para efeito de habilitação técnica, com relação à comprovação da qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, será admitida a somatória dos quantitativos de cada consorciado.

2.2.7. Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado, sendo que para o atendimento ao montante mínimo exigido no item 7.32 haverá um acréscimo de 30%. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas.

2.2.8. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no Item 2.2.4.

2.2.9. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os interessados em participar da presente Pregão Eletrônico devem ser credenciados na Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br.

3.2. O Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. O credenciamento do fornecedor junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

3.4. A participação da licitante neste Pregão Eletrônico se dará por meio da Plataforma, na qual a licitante deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

- 3.5.** O acesso ao Pregão Eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 3.6.** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer licitação eletrônica promovida por esta Prefeitura, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do sistema.
- 3.7.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a operadora da plataforma ou ainda a Prefeitura a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.8.** A licitante deverá promover de forma prévia a sua inscrição e credenciamento para participar do certame, através do Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br, junto à respectiva Central de Operações da Plataforma, antes da data e do horário previsto no edital para o fim da inscrição e cadastramento da proposta de preços.
- 3.9.** A participação na licitação está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante e deverá ser requerido e acompanhado dos seguintes documentos:
- 3.9.1.** Proposta de Preços, com todas as especificações do objeto da licitação e demais documentos constantes no Item 4 deste edital.
- 3.9.2.** Os licitantes enquadrados como ME/EPP deverão informar em campo próprio da Plataforma, sob pena de perder o direito ao tratamento diferenciado.
- 3.9.3.** O licitante que não informar sua condição de enquadramento, antes do envio da proposta, perderá o direito ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06.
- 3.10.** O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo da licitante.

4. DO CADASTRO DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA

- 4.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema BBMNET, propostas comerciais obedecendo as datas e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital.
- 4.2.** O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de classificação e habilitação previstas no edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.3.** Os valores apresentados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto, até a sua entrega no local fixado neste edital.
- 4.4.** A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a empresa pleitear acréscimos. Da mesma forma, o preço apresentado deverá incluir todos os benefícios e despesas indiretos, os quais serão assim considerados. No caso de erros aritméticos, serão considerados pelo (a) pregoeiro (a), para fins de seleção e contratação, os valores retificados.
- 4.5.** Serão corrigidos automaticamente quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, prevalecendo o unitário.
- 4.6.** O operador credenciado deverá verificar a condição de enquadramento da empresa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 (ME/EPP), devendo informar em campo próprio da plataforma.
- 4.7.** O licitante que não informar sua condição de enquadramento, antes do envio da proposta, perderá o direito ao tratamento diferenciado previsto na LCF 123/06.
- 4.8.** O tratamento diferenciado dado a ME/EPP consta detalhado no item 8 deste edital.
- 4.9.** O objeto ofertado deverá atender plenamente as especificações contidas no Termo de Referência.
- 4.10.** Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste edital.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

- 4.11. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste edital ou da legislação em vigor.
- 4.12. A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 4.13. Ao cadastrar sua proposta, declara a licitante a concordância quanto à forma de pagamento, o qual será efetuado em até 30 dias corridos, após a entrega do produto com a devida nota fiscal.
- 4.14. Não será admitida oferta inferior à quantidade mínima proposta neste Edital.
- 4.15. Será desclassificada a proposta que identificar o licitante através da razão social, endereço, telefone ou qualquer outra informação que possibilite a identificação prévia da empresa.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA

5.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Responsável pelo Procedimento Licitatório realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e quanto à compatibilidade do preço ou do maior desconto final em relação ao estimado para a contratação no edital.

5.1.1. O licitante vencedor será convocado via chat a apresentar ao Município, no prazo de 2 (duas) horas, por meio eletrônico, a proposta de preços com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.

5.2. O licitante vencedor deverá enviar Proposta de Preços nos moldes do Anexo I – Proposta de Preços, devendo conter no mínimo:

5.2.1. Especificação clara e completa do objeto ofertado, nos moldes do Anexo I - Proposta de Preços, sem conter quaisquer alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais que um resultado.

5.2.2. Preços unitários e totais, expressos em moeda corrente nacional, bem como valor total da proposta em algarismos e por extenso.

5.3. A proposta será considerada válida por 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data limite para apresentação da proposta.

5.4. Concordância quanto à forma de pagamento, o qual será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após o adimplemento da obrigação contratada, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração.

5.5. Serão corrigidos automaticamente quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do serviço, prevalecendo o unitário.

5.6. As propostas assinadas por procuração deverão vir acompanhadas do respectivo instrumento, caso o mesmo ainda não tenha sido apresentado anteriormente.

5.7. Se na licitação houver cota de itens reservada para ME e EPP, em caso de um mesmo licitante ser o vencedor de itens idênticos entre a cota principal e a cota reservada, não será permitida a oferta de valores unitários diferentes, devendo os valores serem equiparados ao menor valor ofertado.

5.8. Quando constar obrigatoriedade de apresentação de catálogo e/ou ficha técnica, para aferir se o material/produto ofertado corresponde exatamente às especificações do item licitado, o envio deste DEVERÁ OCORRER, no campo ficha técnica disponibilizado pelo sistema a pedido do (a) pregoeiro (a) na sessão no chat da empresa vencedora.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS, DOS LANCES E DO JULGAMENTO

6.1. A partir do horário previsto no edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço, terá início à sessão pública do pregão, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o (a) pregoeiro (a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

- 6.2.** O (a) pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhada em tempo real por todos os participantes.
- 6.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo (a) pregoeiro (a).
- 6.4.** O licitante que tiver sua proposta desclassificada e desejar recorrer da decisão deverá observar o item 10 deste edital.
- 6.5.** Classificadas as propostas, o (a) pregoeiro (a) dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 6.6.** A redução mínima aplicável a cada lance será de **R\$ 0,01 (um centavo de real)**.
- 6.7.** O licitante poderá oferecer valores iguais ou superiores ao menor já ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.8.** Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao (a) pregoeiro (a) a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários itens da mesma licitação.
- 6.9.** Em regra, a disputa simultânea de itens obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o (a) pregoeiro (a) poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.
- 6.10.** Nos termos do Inciso I do artigo 56 da Lei nº 14.133/21, será adotado o modo disputa aberto, o qual terá etapa de lances com duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública. A prorrogação automática da etapa de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários. Não havendo novos lances no período de prorrogação a etapa de lances encerrar-se-á automaticamente, o (a) pregoeiro (a) poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, na situação prevista pelo § 4º do artigo 56 da Lei nº 14.133/21.
- 6.11.** A situação prevista no item anterior e no § 4º do artigo 56 da Lei nº 14.133/21 se destina apenas a definir as posições posteriores à proposta melhor classificada, ou seja, nessa situação não serão admitidos lances menores do que o valor da proposta melhor classificada. Os demais licitantes poderão formular outros lances, inclusive intermediários entre si.
- 6.12.** O (a) pregoeiro (a) inicia a fase de lances, depois todo processo é automático, conforme explanado acima.
- 6.13.** O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.
- 6.14.** Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 6.15.** No caso de desconexão com o (a) (pregoeiro (a)), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o (a) pregoeiro (a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 6.16.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica na caixa de mensagem (*chat*) ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 6.17.** Devido à imprevisão de tempo extra, as empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

6.18. Para julgamento será adotado o critério de menor preço, por **ITEM**, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

6.19. O sistema informará, na ordem de classificação, todas as propostas, partindo da proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

6.20. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate estabelecidos pelo art. 60 da Lei nº 14.133/21.

6.21. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

6.22. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23. O (a) pregoeiro (a) anunciará a licitante detentora da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a) pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

6.24. Considerada aceitável a proposta de menor preço, obedecidas às exigências fixadas neste edital, o (a) pregoeiro (a) passará para a etapa habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos de Habilitação ora listados deverão ser inseridos na plataforma do Pregão Eletrônico pelo(s) licitante(s) vencedor(es), após a fase de lances e aceitação de preços. A solicitação para a inserção dos documentos será realizada via chat pelo (a) pregoeiro (a), para que o licitante a faça no prazo de até 02 (duas) horas. A critério do (a) pregoeiro (a), desde que haja manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial, o prazo poderá ser prorrogado.

7.2. Após o envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.2.2. Na hipótese de necessidade de envio de informações complementares, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, após solicitação do (a) pregoeiro (a) no sistema eletrônico.

7.3. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.4. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários.

7.5. Na análise dos documentos de habilitação, o (a) pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.6. Será permitida, para qualquer fim, a verificação pelo (a) pregoeiro (a) e equipe de apoio dos documentos de habilitação por meio de processo eletrônico de comunicação à distância, sendo assegurado aos demais licitantes o acesso às informações constantes dos sistemas.

7.7. Todos os documentos exigidos para habilitação, que estiverem disponíveis para livre acesso pela internet, poderão ser obtidos, ou confirmados, diretamente, pelo (a) pregoeiro (a), podendo inclusive ser dispensado o encaminhamento desses documentos pelo licitante.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

7.8. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias ou ao prazo contido no item 7.1, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, solicitando, via chat, o envio dos documentos para verificação da habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital. Também nessa etapa o (a) pregoeiro (a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

7.9. Os documentos apresentados digitalmente no sistema são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências ou fraudes.

7.10. Os documentos digitalizados deverão corresponder ao original.

7.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.11.1. Havendo a necessidade da comprovação da autenticidade dos documentos digitais, mediante convocação do agente e contratação, os documentos requisitados deverão ser encaminhados em original, ou autenticado por cartório competente; ou por qualquer processo de cópia, autenticados por servidor desta Administração (neste último caso mediante a apresentação dos respectivos originais no momento da entrega dos documentos físicos); ou por publicação em órgão de imprensa oficial, ou, ainda, por declaração de autenticidade firmada por advogado, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, no setor de licitações da Prefeitura de Tremembé, sito à Rua Sete de Setembro, 701 – Centro. Tremembé/SP.

7.11.2. Referidos documentos poderão ser remetidos via correios, ou por outro meio similar, devendo estar grampeados ou acondicionados em pastas, contidos em envelope (preferencialmente confeccionado em papel pardo) fechado indevassavelmente, apresentando externamente os seguintes dizeres:

**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé
Secretaria de Administração - Licitações e Contratos –**

**A/C Agente de Contratação
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025
PROCESSO INTERNO Nº 1731/2025**

**Rua Sete de Setembro, nº 701, Centro
Tremembé/SP - CEP 12.120-017**

7.11.3. Não é de responsabilidade da Administração o extravio de documentos.

7.11.4. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação, quando solicitados, dentro do prazo acima estabelecido acarretará nas sanções previstas no item 17 deste edital, podendo o Agente de Contratação convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7.12. A critério do Agente de Contratação, desde que haja manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial, o prazo poderá ser prorrogado.

7.13. Na hipótese de não constar, expressamente, o prazo de validade em certidões negativas ou neste edital, prevalecerá o prazo de 90 (noventa) dias, corridos, contados da data de emissão do documento até a data do certame, sendo que todos os documentos deverão estar com seus prazos de validade em vigor, quando for o caso, na data determinada para ocorrer a licitação.

7.14. Não serão aceitos protocolos de pedidos de certidões ou de outros documentos exigidos neste edital.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

7.15. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

7.16. Para fins de habilitação o(s) licitante(s) vencedor(es) deverá(ão) apresentar os documentos a seguir especificados, válidos na data de apresentação dos documentos de habilitação. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.17. Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos. No momento do recebimento do objeto deste certame, as respectivas notas fiscais deverão ser da mesma empresa/CNPJ/ endereço da que participou desse certame ou de seu estabelecimento (filial) que executou o contrato. Caso o licitante vencedor abra uma filial posteriormente ao certame para efetuar o fornecimento no Município da contratante em razão do objeto contratual, aplicar-se-ão as regras citadas acima.

I – HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.18. Registro Comercial, no caso de empresa individual (com prova de registro na Junta Comercial ou repartição correspondente).

7.19. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (contrato inicial e suas alterações ou contrato social consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores.

7.20. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

7.21. Em se tratando de sociedade cooperativa: ato constitutivo e estatuto atualizado e registrado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971.

7.22. Prova de cumprimento da legislação brasileira relativa à autorização para funcionamento no País (somente para empresas estrangeiras já estabelecidas no Brasil), mediante apresentação de Decreto de Autorização e ata de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II – HABILITAÇÃO TÉCNICA

7.23. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante tenha fornecido bens de características técnicas **equivalentes ou superiores ao objeto “ aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPI’s & EPC’s)”**, nos termos do §1º artigo 67 da Lei 14.133/21, sendo capaz de proceder com o fornecimento dos produtos em conformidade com as especificações estipuladas neste edital.

7.24. Ficha técnica do Equipamentos de Proteção Individual e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPI’s & EPC’s, com o objetivo de verificar se o item ofertado está de acordo com a especificação do item, uma vez que não são solicitadas amostras do material para essa finalidade. Conforme item 5.8 do Edital.

III – HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.25. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.26. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

7.27. Prova de regularidade para com as Fazendas **Federal** (certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais, regularidade social e à dívida ativa da União), **Estadual** (certidão negativa de débitos inscritos na dívida ativa, apenas ICMS) e **Municipal** (apenas tributos mobiliários do domicílio ou sede do licitante), na forma da lei, aceitando-se também certidões positivas com efeitos de negativa.

7.28. Prova de regularidade para com o **FGTS** - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica Federal, aceitando-se também certidões positivas com efeitos de negativa ou certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

7.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da respectiva certidão negativa (**CNDT**), dentro de sua validade, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme Lei Federal nº 12.440/11, aceitando-se também certidão positiva com efeito de negativa.

7.30. Declaração em atendimento ao artigo 68, inciso VI da Lei nº 14.133/21 no sentido de que cumpre com o disposto no inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, no que diz respeito à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendizes, a partir de quatorze anos.

IV – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.31. Certidão negativa sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data de apresentação (documento a ser confirmado on-line, junto ao órgão emitente que disponibilize esse serviço).

7.32. Caso a licitante esteja em recuperação judicial deverá apresentar Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeiro estabelecidos neste edital, nos termos da Súmula 50 do TCESP.⁹

V – OUTROS DOCUMENTOS

7.33. Apresentar DECLARAÇÃO UNIFICADA (**Anexo II**);

7.34. Todas as declarações assinadas pelos proponentes deverão observar a necessidade de comprovar serem seus subscritores representantes legais da empresa, caso tais comprovações já não tenham sido apresentadas anteriormente neste processo licitatório.

7.35. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais.

7.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

7.37. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte e às microempresas de que tratam a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 alteradas pelas Leis Complementares nº

⁹ Súmula 50 TCESP: Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

147/14 e 155/16, obedecerá ao disposto no art. 4º da Lei nº 14.133/21 e deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

8.1.1. Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.1.2. O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

8.1.3. Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

8.1.4. Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.1.5. Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, o (a) pregoeiro (a) convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação.

8.1.6. Caso ocorra a situação de empate descrita acima, o (a) pregoeiro (a) convocará o representante da empresa de pequeno porte ou da microempresa mais bem classificada, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o item no prazo de 5 (cinco) minutos.

8.2. Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que porventura possuam lances ou propostas na mesma situação deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.

8.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte que primeiro aceitar apresentar lance inferior ao menor lance ofertado na sessão de disputa, será considerada arrematante pelo (a) pregoeiro (a), que encerrará a disputa do item e convocará o licitante a apresentar a documentação de habilitação.

8.4. O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.

8.5. Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, seja desclassificada pelo (a) pregoeiro (a), por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.

8.6. Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte, observadas as disposições deste Edital.

8.7. O julgamento da habilitação das microempresas ou empresas de pequeno porte obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.

8.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado às microempresas ou empresas de pequeno porte um prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados a partir do momento que o proponente for declarado vencedor e/ou comunicado pelo (a) pregoeiro (a). O prazo de 05 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial, devidamente justificada e autorizada pelo (a) pregoeiro (a). Deverá o licitante ainda apresentar, tanto na plataforma eletrônica quanto no envelope 'documentação', todos os documentos referentes à regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de inabilitação se assim não o fizer.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

8.9. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/21, sendo facultado ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para apresentar os documentos de habilitação, ou anular a licitação.

9. DOS RECURSOS E DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO

9.1. Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer das decisões do (a) (a) pregoeiro (a) (a) poderá fazê-lo manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, devendo ser formalizada em campo específico da Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br. Posteriormente deverá formalizar diretamente na Plataforma do Pregão Eletrônico os memoriais, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

9.2. O licitante deverá incluir peça recursal, bem como contrarrazões de que trata o item 9.4 e demais documentos, **EXCLUSIVAMENTE** em campo próprio do sistema, via upload, no sistema de licitações, acompanhada do contrato social ou do instrumento de procuração que conceda poderes de representação da empresa nesta licitação.

9.3. O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.5. O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes classificados e desclassificados.

9.6. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

9.7. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

9.9. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante na sessão importará a preclusão do direito de recurso e a autoridade competente poderá adjudicar o objeto do certame ao licitante vencedor, com posterior homologação do resultado.

9.10. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará referidos itens recorridos e os homologará para determinar a contratação.

9.11. Não serão aceitos, nesta oportunidade, recursos versando sobre eventuais falhas na regularidade fiscal de microempresas e empresas de pequeno porte. Os recursos quanto a esta documentação somente serão aceitos após decisão final sobre os novos documentos que poderão ser apresentados no prazo e condições estabelecidos no item 8.9.

9.12. Não serão passíveis de apreciação os motivos expostos em memoriais que não tenham sido alegados no ato da manifestação na sessão pública do Pregão Eletrônico.

9.13. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

9.14. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à Autoridade competente que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação; anular o presente certame total ou parcialmente nos casos de ilegalidade no procedimento ou julgamento, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; e, ainda, revogá-lo por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

10. DOS ESCLARECIMENTOS OU DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

10.2. Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação deste edital, ou impugnações ao mesmo, deverão ser encaminhados **EXCLUSIVAMENTE** através da plataforma eletrônica www.novobbmnet.com.br.

10.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.4. Todas as perguntas e respostas serão numeradas sequencialmente e serão consideradas como aditamentos a este instrumento convocatório, sendo juntadas ao respectivo processo licitatório.

10.5. Caberá à autoridade competente receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, bem como contar com o auxílio do (a) (a) pregoeiro (a) (a).

10.6. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

10.7. Em caso de não solicitação, pelas empresas licitantes, de esclarecimentos ou informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, posteriormente, o direito a qualquer reclamação.

11. DAS CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Para atendimento ao objeto desse certame licitatório será firmada Ata de Registro de Preços com as empresas vencedoras, em conformidade com a minuta apresentada na forma de Anexo IV, sendo os adjudicatários chamados via telefone ou por e-mail a celebrá-la em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do chamamento, sob pena de decair o direito ao Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser formalizada por meio de assinatura eletrônica e/ou digital, através de certificado digital emitido por uma Autoridade Certificadora (AC) credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), na forma da legislação vigente.

11.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.4. A adjudicatária se obriga a apresentar, no momento da assinatura da ata:

a) A regularidade para com as Fazendas Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais, regularidade social e à dívida ativa da União), Estadual e Municipal, bem como da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), se referidos documentos apresentados por ocasião deste certame licitatório já estiverem vencidos;

b) O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA – CNJ);

c) Excepcionalmente, e com vistas a agilizar o processo, tais providências poderão ser tomadas pela Administração, via Internet, havendo a impossibilidade da obtenção dos documentos por meio eletrônico, será a adjudicatária notificada para que providencie o envio da documentação sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.5. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para apresentar os documentos de habilitação nos termos definidos neste edital.

11.6. Até a assinatura do instrumento a vencedora poderá ser desclassificada se a Prefeitura tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento, nos termos da Lei de Licitações.

11.6.1. Ocorrendo a desclassificação da proposta da licitante vencedora por fato referido no item anterior, a Prefeitura poderá convocar as licitantes remanescentes observando o disposto no item 11.4, supra.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1. Para a efetivação do objeto deste certame será firmado instrumento contratual entre o órgão responsável e a empresa detentora da Ata, o qual conterá as demais obrigações da contratada.

12.2. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

12.3. Na hipótese de detentor da ata não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outros licitantes que compõe o cadastro de reservas ou aqueles remanescentes do pregão, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços.

12.4. As demais condições relacionadas ao fornecimento do objeto estão definidas na minuta da Ata de Registro de Preços, e na minuta de contrato, anexos a este edital.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE E DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Os requisitos para contratação, condições de entrega e execução e as obrigações da contratante e contratada estão definidas no Termo de Referência, anexo IV, na Ata de Registro de Preços anexo IV e no Contrato, anexo V deste edital.

13.3. Os critérios de recebimento e aceitação do material e de fiscalização e gestão, bem como as condições de pagamento estão previstos na Ata de Registro de Preços.

14. DO PAGAMENTO

14.1. As regras acerca dos pagamentos são as estabelecidas em Termo de Referência e anexos. Em até 30 (trinta) dias corridos.

14.2. Na emissão da nota fiscal, a empresa contratada deverá inserir informações detalhadas que permitam a perfeita identificação dos bens e/ou produtos fornecidos, tais como:

14.2.1. Descrição dos produtos, compreendendo: nome, marca, tipo, modelo, série, qualidade e demais elementos relevantes.

14.2.2. Deverá conter a indicação do número da autorização de fornecimento/empenho, do Pregão e do Processo.

14.3. O não preenchimento correto poderá resultar na recusa do recebimento, especialmente de materiais permanentes.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

14.4. Irregularidades na nota fiscal eletrônica devem ser corrigidas pelo contratado em até de **24** (vinte e quatro) **horas** após notificação.

14.4.1. Se a regularização não for apresentada dentro do prazo, o prazo para pagamento será reiniciado a partir da data de apresentação correta.

14.5. Havendo divergências ou erros na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, o prazo para pagamento ficará interrompido, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da documentação.

15. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DO CANCELAMENTO DA ATA

15.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

15.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o(s) detentor(es) da(s) ata(s) será(ão) convocado(s) para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

15.3. O(s) Detentor(es) que não aceitar(em) reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

15.4. A ordem de classificação do(s) detentor(es) que aceitar(em) reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

15.5. No caso da impossibilidade de redução de preços para equiparação aos valores de mercado, será produzido ato administrativo suspendendo a eficácia do registro de preços. Tal ato poderá suspender os efeitos parciais ou totais da respectiva ata.

15.6. Quando o preço de registrado tornar-se inferior ao preço praticado e o(s) detentor(es) da ata não puder(em) cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

15.7. Se constatado o desequilíbrio, liberar o detentor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

15.8. Convocar os demais classificados para assegurar igual oportunidade de negociação.

15.9. Não havendo êxito nas negociações, proceder-se-á com a revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15.10. As regras acerca do reajustamento em sentido geral dos valores registrados em ata e em eventuais contratos estão estabelecidas no Termo de Referência e nas minutas dos referidos termos, anexos a este edital.

15.11. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

II. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.12. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do item anterior será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.13. A extinção do registro de preços relativamente a um fornecedor, mesmo sendo aquele detentor da ata de registro de preços, não afeta a ata como um todo, prevalecendo o registro aos demais fornecedores.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

15.14. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I. Por razão de interesse público; ou

II. A pedido do fornecedor.

16. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

16.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

16.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

16.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

16.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas no item 15.11.

17. DAS SANÇÕES

17.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar ou não retirar o contrato; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar na execução do objeto; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; ou desatender aos prazos do item 8.9 deste instrumento convocatório - se microempresa ou empresa de pequeno porte, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, poderá sofrer as sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo das multas enumeradas abaixo e das demais cominações legais:

17.1.1. Multa de 10,5% (dez vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato, dentro do prazo estabelecido no item 11.1; e pela apresentação de declaração de cumprimento dos requisitos sem que a referida documentação esteja integralmente contida no respectivo envelope;

17.1.2. Multa de 10,5% (dez vírgula cinco por cento) sobre a parcela não executada do ajuste decorrente deste certame; ou por material não aceito pela contratante e não substituído no prazo fixado por esta, prazo este que não excederá 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

17.1.3. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, por dia de atraso da obrigação não cumprida, até o trigésimo dia, configurando-se, após esse prazo, a hipótese de rescisão unilateral da avença por parte dessa Administração pela inexecução, parcial ou total, de seu objeto.

17.1.4. O pagamento dessas multas não exige a adjudicatária da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à contratante.

17.1.5. As multas, calculadas como acima, deverão ser recolhidas no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por esta Administração.

17.1.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

17.2. As decisões relacionadas a multas, penalidades e advertências, bem como as notificações dessas decisões, serão publicadas em diário oficial do município¹⁰ e encaminhadas via correios para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A simples participação na presente licitação, caracterizada pela entrega da proposta para participar do certame, implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital, e de seus anexos, aos quais se submete; implica, também, no reconhecimento de que este instrumento convocatório, e seus anexos, caracterizaram perfeitamente o objeto do certame, sendo os mesmos suficientes para a exata compreensão do objeto e para seu perfeito atendimento, não cabendo, posteriormente, o direito a qualquer indenização.

18.2. A fidelidade e legitimidade de todos os documentos, informações e declarações prestadas em atendimento às normas deste instrumento editalício sujeitam-se às penas da lei. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, na rescisão do ajuste, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

18.3. Cada proponente arcará com todos os custos diretos ou indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado deste procedimento licitatório.

18.4. As comunicações decorrentes de eventuais recursos, bem como quaisquer outras comunicações, poderão ser disponibilizadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou ainda, dar-se-ão por meio de publicações em Diário Oficial do Município¹¹, ou ainda no site oficial desta Prefeitura, ou ainda, diretamente para cada uma das empresas participantes do certame.

18.5. Os atos pertinentes a este procedimento, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Tremembé, disponível no endereço: <http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial>, conforme dispõe a Lei Municipal nº 4.238, de 11 de fevereiro de 2016, no Sítio Oficial do Município da Estância Turística de Tremembé, no endereço <http://www.tremembe.sp.gov.br>, link <licitacoes>, e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), em obediência ao caput do art. 7º, art. 64, e art. 135, tudo do Decreto Municipal nº 7.148, de 28 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as normas de licitação e contratos administrativos para a Administração Pública do Município da Estância Turística de Tremembé¹², nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como consolidou a regulamentação da matéria em âmbito municipal.

18.6. Os demais atos, tais como: julgamento das fases licitatórias (habilitação/ Inabilitação e Julgamento das propostas, conforme aplicável), interposição de eventuais recursos e seus julgamentos e a homologação serão publicados no DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, disponível no endereço: <<http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial>>, conforme dispõe a Lei Municipal nº 4.238, de 11.02.2016 e, acessoriamente, no sítio internet da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, no endereço <<http://www.tremembe.sp.gov.br>>, link <licitações>.

18.7. Os casos omissos serão regulados pela legislação citada no preâmbulo deste Edital, sendo apreciados e decididos pelo (a) pregoeiro (a), submetendo-os, conforme o caso, à apreciação da Autoridade Competente.

¹⁰ Conforme dispõe a Lei Municipal nº 4.238, de 11 de fevereiro de 2016. O Diário Oficial Eletrônico do Município de Tremembé, está disponível no endereço: <http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial>.

¹¹ Conforme dispõe a Lei Municipal nº 4.238, de 11 de fevereiro de 2016. O Diário Oficial Eletrônico do Município de Tremembé, está disponível no endereço: <http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial>.

¹² Disponível em <https://tremembe.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/DECRETO-N%C2%B0-7.148.pdf>





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

18.8. Para que o interessado proceda com "vistas" ao processo, deverá apresentar requerimento por escrito, assinado por quem de direito, além de documento de identificação pessoal, sendo que nesse ato será lavrado "termo de vistas ao processo", o qual será devidamente datado e assinado pelo interessado e pelo funcionário que o recepcionou. Vistas aos autos ocorrerão sem retirada dos mesmos das dependências da Prefeitura.

18.9. O (a) (a) pregoeiro (a) (a) e sua Equipe de Apoio, se entenderem conveniente ou necessário, poderão utilizar-se de assessoramento técnico e específico para tomar decisões relativas ao presente certame licitatório a qualquer momento, o qual se efetivará através de parecer formal que integrará o respectivo processo.

18.10. As normas disciplinadoras deste certame serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do procedimento e dos futuros ajustes dele decorrentes.

18.11. Em caso de dúvidas quanto à comprovação de horário de quaisquer eventos marcados para este certame licitatório, prevalecerá o horário oficial de Brasília.

18.12. Da contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura.

18.13. Muito embora os documentos estejam apresentados de forma individualizada, todos eles se completam, sendo que cada proponente deve, para a apresentação de PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, bem como eventuais outros documentos, ao se valer do edital, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento, assim, das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento do certame e a formalização da contratação, de sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.

18.14. O (a) (a) pregoeiro (a) (a), conforme o caso, poderá relevar aspectos puramente formais nas propostas e nos documentos de habilitação apresentados pelas licitantes, desde que não comprometa a lisura e o caráter competitivo desta licitação.

18.15. Será eleito o Foro da Comarca desta Administração, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para qualquer procedimento relacionado com o processamento desse certame licitatório, assim como ao cumprimento das obrigações dele decorrentes.

19. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

- Anexo I - Modelo de Proposta de Preços;
- Anexo II - Declaração Unificada;
- Anexo III - Compromisso de Assinatura do Termo de Ciência e Notificação;
- Anexo IV - Minuta de Ata de Registro de Preços;
- Anexo V - Minuta de Contrato;
- Anexo VI - Termo de Referência;
- Anexo VII - Estudo Técnico Preliminar

Estância Turística de Tremembé, 22 de abril de 2025.

Clemente Antonio de Lima Neto
Prefeito Municipal



Prefeitura de
TREMEMBÉ



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025

PROCESSO INTERNO Nº 1731/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPI'S & EPC'S) A SEREM USADOS NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

DADOS DA EMPRESA LICITANTE:

Nome da Proponente: _____

Razão social: _____ CNPJ nº: _____

Banco: _____ Agência nº: _____ Conta nº: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____ Inscrição Estadual: _____

e-mail institucional: _____

e-mail pessoal (ou representante): _____

E-mail pessoal dos sócios: _____

Item	Descritivo	Unid.	Qtd.	Marca	VI. Unitário	VI. Total

Valor Total: R\$ _____ (_____)

Validade da proposta (não inferior a 60 dias): _____

Prazo: Conforme Edital e Anexos.

DECLARAÇÕES:

1 - Declaramos que os preços cotados não sofrerão qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, e já estão incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de encargos, impostos, taxas, tributos, frete e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto desta Concorrência.

2 - Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências deste Edital e seus Anexos.

3 - Declaramos estar de pleno acordo com as normas deste Edital, bem como cientes quanto aos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei complementar nº 123/2006, Lei Orgânica do Município, Decreto Municipal nº 7.148/2023, e que tomamos ciência de todos os documentos e informações referentes a este Edital e seus Anexos.

Local, data.

Representante Legal (RG E CPF)

CARIMBO EMPRESA



Prefeitura de
TREMEMBÉ



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025

PROCESSO INTERNO Nº 1731/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPI'S & EPC'S) A SEREM USADOS NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO II - DECLARAÇÃO UNIFICADA

Para fins de participação no certame em epígrafe, declaramos que a empresa [RAZÃO SOCIAL], [CNPJ]:

1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
2. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
4. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
5. Que não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital;
6. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Inciso IV Art. 62 da Lei 14.133/21;
7. Que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (**APENAS licitante organizado em cooperativa, que deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico**);
8. Que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Art. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do Art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021 (**APENAS fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico**);
9. Que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
10. Que não é autora do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo nem abriga dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado autor do projeto objeto desta licitação;
11. Que não é preposta e não abriga como sócia oculta pessoa física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

- 12.** Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 13.** Que conhece o local, as condições de realização e peculiaridades do objeto da licitação, reconhecendo que não caberá alegações futuras de desconhecimento ou ignorância sobre o mesmo.

Local, data.

Representante Legal (RG E CPF)

CARIMBO EMPRESA





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025

PROCESSO INTERNO Nº 1731/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPI'S & EPC'S) A SEREM USADOS NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO III - COMPROMISSO DE ASSINATURA DO TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

A empresa _____, sediada na Rua (Av., Al., etc.) _____, cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual: _____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, ASSUME O COMPROMISSO, formal, pelo presente documento, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 41/2025, ora sendo realizado pela **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICAS DE TREMEMBÉ**, de que, uma vez sagrando-se adjudicatária do certame, assinará, juntamente com a referida Prefeitura, e concomitante com a assinatura da avença que decorrerá do presente certame, Termo de Ciência e Notificação, conforme Instrução nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme minuta ora apresentada.

Para que produza os efeitos legais, firmamos a presente declaração.

Local e data

Nome e identidade do declarante

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(Redação dada pela Resolução nº 11/2021)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE TREMEMBÉ

CONTRATADA: _____

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 (PROCESSO Nº 1731/2025)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPI'S & EPC'S) A SEREM USADOS NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração (ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Estância Turística de Tremembé, ____ de ____ de 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Clemente Antonio de Lima Neto

Cargo: Prefeito Municipal

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Clemente Antonio de Lima Neto

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo Contratante:

Nome: Clemente Antonio de Lima Neto

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: _____

Assinatura: _____





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

PELA CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Clemente Antonio de Lima Neto

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Tipo de ato de sua responsabilidade: Parecer Jurídico

Nome: Rodrigo Cardoso

Cargo: Procurador do Município

CPF: _____

Assinatura: _____

() - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (Inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025

PROCESSO INTERNO Nº 1731/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPI'S & EPC'S) A SEREM USADOS NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e cinco, no Paço Municipal de Tremembé, situado na Rua Sete de Setembro, nº 701, Centro, Tremembé-SP, CEP 12.120-017, presentes, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.638.714/0001-20, neste ato representada pelo Sr. Prefeito Municipal *Clemente Antonio de Lima Neto*, e, de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob nº, com sede na, nº, bairro, município de/....., representada por, portador do RG, inscrito no CPF/MF sob nº, na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente DETENTORA, na qualidade de adjudicatária no pregão eletrônico nº 41/2025, processo administrativo nº 1731/2025, cujo inteiro teor a DETENTORA declara expressamente, nesta avença, conhecer e aceitar, e ao qual se vinculam as partes, firmam a presente Ata de Registro de Preços, neste instrumento ora denominada apenas de ATA, de acordo com Lei Federal nº 14.133/2021 e seus atos regulamentadores; Lei Complementar Federal nº 123/06 em suas redações atuais; Decreto Municipal nº 7.148/2023; supletivamente aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente ATA tem por objeto o registro de preços para futura e eventual para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPI's & EPC's) a serem usados nas diversas Secretarias da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, por um período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.2 - Consideram-se integrantes da presente ATA, como se nela estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados, os quais, neste ato, as partes declaram conhecer e aceitar:

1.2.1 - O instrumento convocatório do certame licitatório acima indicado e seus anexos, a respectiva proposta de preços, elaborada e apresentada pela DETENTORA, datada de __/__/__, bem como os novos preços e condições definidos por lances e eventuais negociações conforme consignados na ata que registrou aqueles lances e negociações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
						Valor Total: R\$

CLÁUSULA TERCEIRA - ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES



Prefeitura de
TREMEMBÉ



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

“PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS”

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

3.1 - O órgão gerenciador da Ata será a **Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos** do Registro de Preços.

3.2 – Participam desta Ata as Secretarias:

- 3.2.1 - Secretaria Municipal de Saúde;
- 3.2.2 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- 3.3.3 - Secretaria Municipal de Educação;
- 3.3.4 - Secretaria de Administração;
- 3.3.5 - Secretaria de Ação Social.

CLÁUSULA QUARTA - DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Por força do § 3º do artigo 101 do Decreto Municipal nº 7.148/2023 não será permitida a participação da IRP e do SRP de órgãos que não integram a Administração Pública do Município da Estância Turística de Tremembé.

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA DA ATA E DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

5.1 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado da data da sua publicação na Imprensa Oficial do Município¹³ ou no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP¹⁴, o que ocorrer primeiro, e poderá ser prorrogado, por até mais 1 (um) ano, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2 - Para a comprovação da vantajosidade a que se refere o item anterior, deverá ser observado, no que couber, o artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.3 - Para aquisição de forma imediata dos itens registrados nesta Ata, será enviada pelo órgão responsável ao DETENTOR “Autorização de Fornecimento” por e-mail, o qual fica obrigado a confirmar seu recebimento e efetuar a entrega dos itens no prazo **conforme disposto no Termo de Referência anexo VI deste Edital**, contados do envio/recebimento do e-mail, sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21 e nesta Ata.

5.3.1 - Cada “Autorização de Fornecimento” a ser emitida conterá no mínimo:

- a) Objeto da Ata de Registro de Preço;
- b) Número do Registro de Preços;
- c) Valor da Ordem de Fornecimento;
- d) Prazo de Entrega;
- e) Local da Entrega;
- f) Descrição e quantificação do (s) bem (ns); e
- g) Recursos orçamentários que serão onerados pela despesa correspondente.

5.4 - Para eventual aquisição de forma parcelada será firmado instrumento contratual entre o órgão responsável e a empresa detentora da Ata, o qual estará devidamente acompanhado do cronograma de entrega dos itens bem como conterá as demais condições de execução.

5.4.1 - No momento da emissão da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente serão verificadas:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais, regularidade social e à dívida ativa da União), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

¹³ Conforme dispõe a Lei Municipal nº 4.238, de 11 de fevereiro de 2016. O Diário Oficial Eletrônico do Município de Tremembé, está disponível no endereço: <http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial>.

¹⁴ Art. 94, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, combinado com o caput do art. 7º, art. 64, e art. 135, tudo do Decreto Municipal nº 7.148, de 28 de dezembro de 2023, que dispôs sobre as normas de licitação e contratos administrativos para a Administração Pública do Município da Estância Turística de Tremembé, nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como consolidou a regulamentação da matéria em âmbito municipal.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

(CNDT), bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, se referidos documentos apresentados por ocasião deste certame licitatório já estiverem vencidos¹⁵;

b) O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA – CNJ)¹⁶;

c) Se o detentor incorre em penalidades do artigo 156, incisos III e IV da Lei nº 14.133/21, as quais poderão obstar a assinatura de contrato ou outro instrumento hábil.

d) Havendo a impossibilidade da obtenção dos documentos por meio eletrônico, será a detentora da Ata notificada para que providencie o envio da documentação sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA - DO REGIME E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1 - A DETENTORA deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas e exigências do precedente instrumento convocatório, obrigando-se a trocar, às suas expensas e no prazo ajustado, o material que vier a ser recusado pelo órgão responsável, hipótese em que não ocorrerá pagamento enquanto não for satisfeito o objeto da ATA e da decorrente contratação.

6.2 - As entregas deverão ocorrer de forma parcelada, conforme encomenda por e-mail, no seguinte endereço: Avenida Audrá, nº 506, Centro -Tremembé/SP, no Almoxarifado da Saúde, Almoxarifado Central, das 08h00min às 11h00min e das 12h00min às 16h00min. Conforme mencionado na Autorização de Fornecimento de cada secretaria solicitante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO

7.1 - Os valores para pagamento onerarão os recursos orçamentários e financeiros indicados no Termo de Referência e/ou Estudo Técnico Preliminar, anexos VI e VII do edital de licitação, sem prejuízo da utilização de outros recursos orçamentários e financeiros que vierem e ser disponibilizados durante a vigência da presente Ata.

7.1.1 - Serão indicados em cada contrato ou documento equivalente quais recursos orçamentários serão onerados pela despesa correspondente.

7.2 - O pagamento das futuras aquisições será efetivado em até 30 (trinta) dias corridos contados do adimplemento das obrigações previstas no edital e termo de referência, após devidamente atestada pela unidade gestora, bem como instruída com os documentos exigidos pelo ato convocatório.

7.2.1 - O pagamento será efetivado pela Tesouraria do órgão responsável através de depósito em conta bancária da DETENTORA.

7.2.2 - Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, bem como a falta do cumprimento de alguma das obrigações previstas no item 7.2, fica interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização.

7.2.3 - O pagamento de parcelas com eventual atraso será corrigido pela variação do IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, 'pro rata tempore'.

CLÁUSULA OITAVA - REVISÃO E CANCELAMENTO

8.1 - A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 3 (três) meses, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

¹⁵ § 3º do art. 195 da CF/88: "A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios."

¹⁶ Disponível em <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

8.2 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3 - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original, se houver outros fornecedores para o respectivo item.

§ 3º No caso da impossibilidade de redução de preços para equiparação aos valores de mercado, caberá ao órgão gerenciador produzir ato administrativo suspendendo a eficácia do registro de preços. Tal ato poderá suspender os efeitos parciais ou totais da respectiva Ata.

8.4 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - se constatado o desequilíbrio, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.5 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - Descumprir as condições da Ata de registro de preços;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

§1º O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§2º A extinção do registro de preços relativamente a um fornecedor, mesmo sendo aquele detentor da Ata de registro de preços, não afeta a Ata como um todo, prevalecendo os registros aos demais fornecedores.

8.6 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA.

9.1 - Fornecer o objeto desta Ata nas condições previstas no instrumento convocatório e na respectiva proposta, seus anexos e valores definidos por lance e negociação.

9.2 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

9.3 - Demais obrigações da DETENTORA estão definidas no termo de referência e constará em contrato ou documento equivalente, conforme o caso, a ser assinado entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1 - Gerenciar a Ata de registro de preços, acompanhando o consumo dos itens registrados, controlando o saldo de cada órgão participante.

10.2 - Indicar os fornecedores, sempre que solicitado, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes do Sistema de Registro de Preços.

10.3 - Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados.

10.4 - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.5 - Receber os pedidos de revisão dos preços registrados e manifestar-se sobre eles, submetendo a deliberação à autoridade competente.

10.6 - Decidir pela prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, bem como realizar os procedimentos necessários à comprovação da vantajosidade.

10.7 - Acompanhar a economicidade dos preços registrados, sempre que necessário à preservação do interesse público, considerados o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições econômicas específicas, tornando público o resultado desse acompanhamento.

10.8 - Nomear servidor responsável para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução da Ata, nos termos da cláusula décima quarta desta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL/ÓRGÃO PARTICIPANTE

11.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Detentora, de acordo com as cláusulas desta Ata de registro de preço, eventuais cláusulas contratuais, termo de referência e os termos de sua proposta.

11.2 - Realizar a formalização dos contratos administrativos específicos, no caso de órgão participante não pertencente à Administração Municipal.

11.3 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4 - Notificar a detentora por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

11.5 - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11.6 - Informar ao órgão gerenciador quando o fornecedor não atender as condições estabelecidas na Ata de registro de preços, bem como sobre as penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

12.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

12.1.1 - As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

12.2 - Caberá ao órgão gerenciador da Ata a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

12.3 - Caberá ao órgão participante exercer sua competência própria no tocante à fiscalização do contrato, tendo competência para impor sanções por inexecução contratual e demais atos relacionados ao cumprimento das cláusulas contratuais. Eventuais sanções impostas pelo órgão participante deverão ser formalmente informadas ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, E DAS TOLERÂNCIAS

13.1 - Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta Ata e do regime de direito público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.

13.2 - Se uma das partes, em benefício da outra, ainda que por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, de cláusulas e condições da presente Ata, seus anexos e termos aditivos, tal fato não poderá liberar, desonerar, alterar ou prejudicar estas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA NOMEAÇÃO

14.1 - Fica designado a servidor Sr. ----- como gestor e Sr.-----, responsável da Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos, para cumprimento do disposto no artigo 117, e parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/21, em sua redação atual e nos termos das normas regulamentadoras, responsabilizando-se pelo recebimento, conferência, acompanhar, fiscalizar e controlar a execução da ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

15.2 - As condições gerais da aquisição, tais como os prazos e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, bem como em contrato, quando couber.

15.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração nas condições da presente Ata, em face da superveniência de normas federais, estaduais ou municipais sobre a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - As partes elegem o foro da Prefeitura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda da presente Ata de Registro de Preços e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

Estância Turística de Tremembé,dede 2025.

CLEMENTE ANTONIO DE LIMA NETO
PREFEITO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA



Prefeitura de
TREMEMBÉ



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025

PROCESSO INTERNO Nº 1731/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPI'S & EPC'S) A SEREM USADOS NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ E A EMPRESA, REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPI'S & EPC'S) A SEREM USADOS NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e cinco, no Paço Municipal de Tremembé, situado na Rua Sete de Setembro, nº 701, Centro, Tremembé-SP, CEP 12.120-017, presentes, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.638.714/0001-20, neste ato representada pelo Sr. Prefeito Municipal Clemente Antonio de Lima Neto, ora em diante designado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob nº, com sede na, nº, bairro, município de/SP, representada por, portador do RG, inscrito no CPF/MF sob nº, na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, na qualidade de detentora da Ata de Registro de Preços oriunda do pregão eletrônico nº 41/2025, processo administrativo nº 1731/2025, cujo inteiro teor a CONTRATADA declara expressamente, nesta avença, conhecer e aceitar, e ao qual se vinculam as partes, firmam o presente contrato, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e seus atos regulamentadores; da Lei Complementar Federal nº 123/06 em suas redações atuais; do Decreto nº 7.148/23; supletivamente aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 - O presente contrato tem por objeto ao registro de preços para futura e eventual para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPI's & EPC's) a serem usados nas diversas Secretarias da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, conforme condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos por um período de 12 meses.

1.2 - Consideram-se integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados, os quais, neste ato, as partes declaram conhecer e aceitar:

1.2.1 - O instrumento convocatório do certame licitatório acima indicado e seus anexos, a ata de registro de preços nº....., e o cronograma de entrega dos materiais.

1.3 - Quantitativos, especificações e preços dos produtos objeto deste contrato:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

2.1 - Este contrato vigorará desde sua assinatura e por todo o período de execução do objeto, até sua aceitação e respectivo pagamento, nos termos do artigo 111 da Lei Federal nº 14.133/21, em sua redação atual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

3.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão no presente exercício à conta da dotação orçamentária a seguir indicada:

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO.

4.1 - O valor total do presente contrato é de R\$ (.....), por conta da dotação orçamentária constante no item 3.1 supra para atender às despesas inerentes a este contrato, durante o corrente exercício.

4.2 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias corridos, após o adimplemento da obrigação contratada, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração, nos termos do item 5.3.2 deste contrato.

4.3 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.4 - Os produtos deverão ser entregues devidamente acompanhados da Nota Fiscal ou Fatura, bem como da comprovação das regularidades fiscais e trabalhistas, conforme exigido no item 6.8 deste contrato, a qual poderá ser constatada mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais.

4.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, o prazo para pagamento ficará sobrestado até que a Contratada regularize o erro.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS.

5.1 - A entrega dos materiais deverá acontecer de forma parcelada, durante 12 meses, devendo obedecer ao cronograma de entregas que será parte integrante deste contrato. A entrega deverá ocorrer, necessariamente, após a assinatura deste contrato, sendo que eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento dos prazos, devidamente justificados pela CONTRATADA, para serem submetidos à apreciação da unidade gestora, à qual será a responsável e competente para analisar, avaliar e decidir fundamentadamente sobre o acolhimento ou não dos argumentos apresentados pela CONTRATADA.

5.1.1 - Os pedidos de prorrogações deverão estar acompanhados de documentos que comprovem que a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido se deu por:

a) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução previstas na Autorização de Fornecimento;

b) Impedimento de execução do prazo por fato ou ato de terceiro contemporâneo à sua ocorrência.

5.1.2 - Na análise da documentação apresentada, poderá o órgão gestor solicitar novos documentos, se necessário, e/ou diligenciar junto a sites ou outros meios.

5.1.3 - Pedidos de prorrogação de prazo apresentados após o vencimento do prazo de entrega ou que não estiverem acompanhados de documentos solicitados acima serão indeferidos de plano.

5.1.4 - A apresentação de um pedido de prorrogação do prazo de entrega, por si só, não suspende nem interrompe a contagem do prazo de entrega.

5.1.5 - As entregas deverão ocorrer de forma parcelada, conforme encomenda por e-mail, no seguinte endereço: Avenida Audrá, nº 506, Centro - Tremembé/SP, no Almoxarifado da Central, das 08h00min às 11h00min e das 12h00min às 16h00min.

5.3 - Os bens serão recebidos:





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

5.3.1 - Provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, por servidor responsável pela divisão de materiais central ou da unidade requisitante; e

5.3.2 - Definitivamente pelo gestor do contrato ou por equipe técnica nomeada ou ainda pelo responsável do órgão requisitante, mediante verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.4 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5 - Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5.1 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.7 - A CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas e exigências do precedente instrumento convocatório, obrigando-se a trocar, às suas expensas e no prazo ajustado, os produtos que vierem a ser recusados pela CONTRATANTE, hipótese em que não ocorrerá pagamento enquanto não for satisfeito o objeto desta avença.

5.8 - O objeto deverá ser entregue sem violação de embalagem, sem deterioração ou quaisquer outros fatores que possam comprometer o uso ou a qualidade dos mesmos, de acordo com as Normas Sanitárias vigentes no país.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1 - Executar o objeto deste contrato nas condições previstas no instrumento convocatório, seus anexos, na respectiva proposta, seus anexos e valores definidos por lances e negociação, bem como nas condições previstas na Ata de Registro de Preços assinada entre as partes, observando as orientações recebidas da CONTRATANTE, permitindo o acompanhamento e fiscalização da mesma.

6.1.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes, no mínimo, a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

6.2 - Ficar responsável pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos, se e quando necessárias.

6.3 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.

6.4 - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infelizmente do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

poderá onerar o objeto do contrato; da mesma forma que a CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo empregatício com funcionários, ou prepostos, da CONTRATADA.

6.5 - Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.

6.6 - Manter durante a execução do objeto deste contrato, equipamentos de proteção individual "EPIs", necessários à segurança dos trabalhadores, quando for o caso.

6.7 - Vedar, participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica, que estejam enquadradas nos termos do artigo 14 da Lei nº 14.133/21.

6.8 - Fazer prova da regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais, regularidade social e à dívida ativa da União), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As certidões deverão estar, em vigor na data da emissão da Nota Fiscal e deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitido e apresentado à CONTRATANTE.

6.9 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

6.9.1 - Na hipótese de qualquer Reclamação Trabalhista, intentada contra a CONTRATANTE, por empregados da CONTRATADA ou de eventuais subcontratantes estes deverão comparecer espontaneamente em juízo reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir a CONTRATANTE no processo, até final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação.

6.9.2 - O CONTRATANTE não reconhecerá qualquer vínculo ou relação jurídica com eventuais subcontratados. Qualquer contrato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos serviços prestados, será mantido exclusivamente com a CONTRATADA.

6.10 - Pagar o piso salarial, fixado pela convenção coletiva das categorias profissionais empregados na execução do objeto do presente contrato respeitando o princípio da isonomia salarial.

6.11 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique nos locais pertinentes à execução do objeto.

6.12 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

6.13 - Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.14 - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este contrato e termo de referência, no prazo determinado.

6.15 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

6.16 - Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência.

6.17 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

6.18 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

6.18.1 - A CONTRATADA, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, deverá apresentar comprovante de cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item supra, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

6.19 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

6.20 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer alteração, conforme prevista no art. 130 da Lei nº 14.133/21.

6.21 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

6.22 - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

6.23 - Designar preposto para representá-la durante a execução deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

7.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, termo de referência e os termos de sua proposta.

7.2 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto deste contrato, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.2.1 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.3 - Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

7.4 - Pagar à CONTRATADA o valor resultante da execução do objeto, no prazo e condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

7.5 - Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

7.5.1 - Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

7.5.2 - Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;

7.5.3 - Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

7.5.4 - Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.6 - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE.

8.1 - Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de _____ (____) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001. Após este período, dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste pela variação do IPCA-FIPE, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, ou por índice oficial que vier a substituí-lo.

8.1.1 - A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação, nos termos do item supra.

8.2 - O reajuste será calculado em conformidade com a legislação vigente, e de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = Po \times \left[\left(\frac{IPCA}{IPCAo} \right) - 1 \right]$$

Em que:

R = parcela de reajuste;

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPCA/IPCAo = variação do IPCA/FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

8.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5 - Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

8.6 - Independentemente do requerimento de reajuste, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores.

CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO E DAS SANÇÕES.

9.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21.

9.2 - A extinção do contrato, observando o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/21, poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.3 - A CONTRATANTE terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

9.4 - A CONTRATADA se sujeita às sanções previstas nos artigos 156 da Lei Federal 14.133/21, nos termos previstos no instrumento editalício.

9.5 - A aplicação de uma das sanções não implica na exclusão de outras previstas na legislação vigente.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

9.6 - O pagamento de multas não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à CONTRATANTE.

9.7 - As multas deverão ser recolhidas no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por esta Administração.

9.7.1 - Os valores relacionados às multas poderão ser deduzidos, até seu valor total, de quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA, mesmo que referentes a outras avenças, ou deduzidas de eventual garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.

9.8 - As decisões relacionadas a multas, penalidades e advertências, bem como as notificações dessas decisões, serão publicadas em Diário Oficial do Município e encaminhadas via correios para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, E DAS TOLERÂNCIAS.

10.1 - Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta avença e do regime de direito público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.

10.2 - Se uma das partes, em benefício da outra, ainda que por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, de cláusulas e condições do presente contrato, seus anexos e termos aditivos, tal fato não poderá liberar, desonerar, alterar ou prejudicar essas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO.

11.1 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistirão na verificação da conformidade da execução do objeto, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/21.

11.1.1 - A CONTRATADA ficará obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos mesmos, facultando-lhes o livre acesso aos seus depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o objeto ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CONTRATANTE.

11.2 - A fiscalização poderá sustar qualquer trabalho que esteja em desacordo com o disposto neste contrato.

11.3 - Fica acordado que a fiscalização não terá qualquer poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste contrato.

11.4 - Cabe à fiscalização notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.5 - A fiscalização se manifestará formalmente em todos os atos relativos à execução deste Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e possíveis alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO.

12.1 - A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES.

13.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133/21, bem como por eventuais normas regulamentadoras.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

13.2 - O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro disposto na alínea "d" do inciso II do artigo 24 da Lei nº 14.133/21 poderá ser iniciado por requerimento da CONTRATADA ou por determinação do CONTRATANTE.

13.2.1 - Quando o pedido for iniciado por requerimento da CONTRATADA, o pedido deverá ser devidamente fundamentado, e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito.

13.2.2 - O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.

13.2.3 - Recebida a notificação sobre o evento de desequilíbrio, a CONTRATANTE terá 30 (trinta) dias, prorrogáveis mediante justificativa apresentada por escrito neste prazo, para apresentar resposta ao pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

13.3 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 - Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA NOMEAÇÃO.

14.1 - Fica designado o servidor Sr. ----- como gestor e o Sr. -----, responsável pela Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos, para cumprimento do disposto no artigo 117, e parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/21, em sua redação atual e nos termos das normas regulamentadoras, responsabilizando-se pelo recebimento e conferência do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO.

15.1 - Aplicam-se à execução deste contrato, especialmente aos casos omissos, normas emanadas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus atos regulamentadores, da Lei Complementar Federal nº 123/06 em sua redação atual, e, supletivamente aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO.

16.1 - As partes elegem o foro da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, mutuamente obrigadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo

Estância Turística de Tremembé,dede 2025.

CLEMENTE ANTONIO DE LIMA NETO
PREFEITO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA



Prefeitura de
TREMEMBÉ



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025

PROCESSO INTERNO Nº 1731/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPI'S & EPC'S) A SEREM USADOS NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO VI – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPI'S & EPC'S) A SEREM USADOS NAS DIVERSAS SECRETÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, CONFORME ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

1.1. Considerando que os padrões de desempenho e qualidade dos itens objeto deste Termo de Referência pode ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, classificamos os referidos itens como 'bens comuns'.

1.2. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, com base no artigo 84 da Lei 14.133/21.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
1.	100	UN	AVENTAL EM RASPA DE COURO, PARA PROTEÇÃO CONTRA RESPINGO DE SOLDA E ÓLEOS, COM MANGA, SEM GOLA, NA COR CINZA. TIRAS EM RASPA PARA AJUSTES. MEDIDAS APROXIMADAS: 120 X 60 CM. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.
2.	2000	UN	AVENTAL DE PVC. IMPERMEÁVEL COM FORRO EM TECIDO. COM ALÇA NO PESCOÇO E TIRAS PARA REGULAGEM NAS COSTAS. TAMANHO APROXIMADO: 70 CM X 1,20 M. APLICAÇÕES: COZINHA INDUSTRIAL, APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS, PRODUTOS QUÍMICOS, LIMPEZA DE TANQUES. DEVE APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) - ATENDENDO AS NORMAS DE ABNT – NBR.
3.	60	UN	BOLSA TRANSVERSAL PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS CONFECCIONADA EM LONA IMPERMEÁVEL, LONA 10, NA COR AZUL MARINHO, COM DUAS DIVISÕES INTERNAS E UM BOLSO SEM LAPELA. CADARÇO DE ALGODÃO E FIVELAS NIQUELADAS. TAMANHO APROXIMADO: 31 CM (LARGURA) X 37 CM (ALTURA) X 20 CM (LATERAL).
4.	30	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 39, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
5.	20	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 35, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
6.	15	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 36, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
7.	15	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 37, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
8.	10	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 38, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
9.	40	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 40, SEM FORRO, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
10	50	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 41, SEM FORRO, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
11	35	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 42, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
12	10	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 43, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
13	10	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 44, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
14	10	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 46, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
15	5	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 37, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

16	15	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 38, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.
17	15	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 39, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.
18	55	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 40, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO
19	30	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 41, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.
20	10	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 43, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.
21	10	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 44, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.
22	10	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 35, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.
23	10	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 36, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.
24	35		SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 36.
25	10	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 37.
26	10	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 38.
27	30	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 39.
28	20	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 40.
29	30	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 41.
30	30	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 42.
31	20	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 43.
32	20	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 44.
33	35	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 35.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

34	10	PAR	SAPATO DE SEGURANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 34.
35	50	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA, EM MATERIAL POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM PROTETOR FACIAL ACOPLADO, FIXADO EM SUPORTE BASCULANTE EM FORMATO DE ARCO, PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES FRONTAIS, <u>COR AZUL</u> , COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
36	10	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA, EM MATERIAL POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM PROTETOR FACIAL ACOPLADO, FIXADO EM SUPORTE BASCULANTE EM FORMATO DE ARCO, PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES FRONTAIS, <u>COR CINZA</u> , COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
37	10	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA, EM MATERIAL POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM PROTETOR FACIAL ACOPLADO, FIXADO EM SUPORTE BASCULANTE EM FORMATO DE ARCO, PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES FRONTAIS, <u>COR VERDE</u> , COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
38	20	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA CAPACETE DE SEGURANÇA, COM JUGULAR, CLASSE B, TIPO II, COM ABA TOTAL, FORMADO POR DOIS COMPONENTES BÁSICOS, CASCO RÍGIDO, LEVE, INJETADO NUMA ÚNICA PEÇA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, SEM POROSIDADE, MATERIAL NÃO CONDUTOR DE ELETRICIDADE, COM ALTA RESISTÊNCIA DIELÉTRICA E ISOLAMENTO PARA MÉDIA TENSÃO (20 KV), SENDO IDEAL PARA TRABALHOS COM ELETRICIDADE. COM SUSPENSÃO, CINTA AJUSTÁVEL E DUPLA FITA AMORTECEDORA COM QUATRO PONTOS DE APOIO, PARA SISTEMA DE AMORTECIMENTO, EM CASO DE IMPACTO, COM TESTEIRA ABSORVEDORA DE SUOR E JUGULAR FIXA. COM CA VÁLIDO EXPEDIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. CORES: BRANCO/CINZA, AZUL, VERDE, LARANJA, PRETO, MARROM, AMARELO.
39	10	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA PARA USO OCUPACIONAL CLASSE A, TIPO II, CASCO COM NERVURA, SUSPENSÃO INJETADA EM PLÁSTICO COM PONTOS DE FIXAÇÃO, ENCAIXES LATERAIS PARA ACOPLAR ACESSÓRIOS, LEVE E ALTAMENTE RESISTENTE, COM CARNEIRA MACIA E AJUSTE COM SIMPLES E TIRA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA COBERTA DE MATERIAL SINTÉTICO, COM JUGULAR AJUSTÁVEL, INDICADO PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS SOBRE O CRÂNIO, <u>COR AZUL</u> , COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
40	10	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA PARA USO OCUPACIONAL CLASSE A, TIPO II, CASCO COM NERVURA, SUSPENSÃO INJETADA EM PLÁSTICO COM PONTOS DE FIXAÇÃO, ENCAIXES LATERAIS PARA ACOPLAR ACESSÓRIOS, LEVE E ALTAMENTE RESISTENTE, COM CARNEIRA MACIA E AJUSTE COM SIMPLES E TIRA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA COBERTA DE MATERIAL SINTÉTICO, COM JUGULAR AJUSTÁVEL, INDICADO PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS SOBRE O CRÂNIO, <u>COR CINZA</u> , COM NOME





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
41	10	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA PARA USO OCUPACIONAL CLASSE A, TIPO II, CASCO COM NERVURA, SUSPENSÃO INJETADA EM PLÁSTICO COM PONTOS DE FIXAÇÃO, ENCAIXES LATERAIS PARA ACOPLAR ACESSÓRIOS, LEVE E ALTAMENTE RESISTENTE, COM CARNEIRA MACIA E AJUSTE COM SIMPLES E TIRA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA COBERTA DE MATERIAL SINTÉTICO, COM JUGULAR AJUSTÁVEL, INDICADO PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS SOBRE O CRÂNIO, <u>COR VERDE</u> , COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
42	300	PEÇA	CARTUCHO QUÍMICO CONTRA VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS, COMPOSTO DE RECIPIENTE PLÁSTICO CONTENDO CARVÃO ATIVADO TRATADO E ENCAIXE TIPO ROSCA PARA SER UTILIZADO COM RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR DE MANUTENÇÃO, REUTILIZÁVEL, PEÇA FACIAL INTEIRA, CLASSE 1 - VAPORES ORGÂNICOS. LACRADO E COM VALIDADE DE 5 ANOS APÓS A DATA DE ENTREGA. APROVADO PELA NORMA NBR 13696/1966 (FILTROS QUÍMICOS E COMBINADOS) INDICADO PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS CONTRA A AÇÃO DE VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS COM CONCENTRAÇÃO AMBIENTAL INFERIOR A 1000PPM. TAIS COMO CLORO ATÉ 10PPM, DIOXÍDIO DE CLORO, ÁCIDO CLORÍDRICO ATÉ 50PPM, PINTURA EM SPRAY E PESTICIDAS, ACETONA, PETRÓLEO, PROPANO, ÁLCOOL, ETILENO, GLICOL, NAFTA, NICOTINA, OCTANA, ÉTER, PIRIDINA, ÁLCOOIS MINERAIS, ESTIRENO E TOLUENO. COMPATÍVEL COM RESPIRADORES OPIT FIT MODELOS 752000 E 762000, E SEMI-FACIAL 720000, 710000 E 70000. APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A.).
43	150	UN	CHAPÉU DE PALHA, ABA LARGA, ACABAMENTO NA BORDA PARA NÃO DESFIAR, TAMANHO ÚNICO, DIÂMETRO APROXIMADO DE 40 CM, PARA PROTEÇÃO CONTRA SOL E SERENO.
44	30	UN	CINTURÃO DE SEGURANÇA DO TIPO PARAQUEDISTA COM DOIS PONTOS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA, UM PONTO PARA SUSTENTAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO E UM PONTO DE ANCORAGEM PARA POSICIONAMENTO, SENDO LAÇO FRONTAL DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA, CONFECCIONADO COM O MESMO MATERIAL DO CINTO, UMA ARGOLA "D" CONFECCIONADA EM AÇO GALVANIZADO PARA CONEXÃO DORSAL, EM AÇO, DUAS ARGOLAS DE POSICIONAMENTO TIPO "D", CONFECCIONADA EM AÇO GALVANIZADO INCLINADAS, UTILIZADA PARA POSICIONAMENTO, CINTURÃO ABDOMINAL E PERNEIRAS ACOLCHOADAS COM SISTEMA DE CONFECCIONADO EM FITA DE MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA TENACIDADE, COM 45MM DE LARGURA E LINHAS DE COR CONTRASTANTES ÀS FITAS DO CINTO, FIVELAS DUPLAS DE AÇO PARA AJUSTES NAS PERNA. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).
45	250	UN	CHAPÉU AUSTRALIANO COM PROTEÇÃO DE PESCOÇO, COM PROTEÇÃO SOLAR, COR CINZA ESCURO LISO, TECIDO OXFORD
46	33	UN	CINTO DE SEGURANÇA ABDOMINAL TIPO PARAQUEDISTA COM REGULAGEM TOTAL, 5 PONTOS DE ANCORAGEM, CONFECCIONADO EM FITA DE POLIÉSTER, 2 MEIA-ARGOLAS PARA POSICIONAMENTO NA CINTURA, 1 MEIA-ARGOLA COM PONTO DE CONEXÃO DORSAL, 1 MEIA-ARGOLA NA ALTURA DO ABDÔMEN, 1 MEIA-ARGOLA NA ALTURA DO VENTRE QUE FIXA A UM MOSQUETÃO OVAL AO CINTO, 5 FIVELAS DUPLAS PARA AJUSTE NAS PERNAS, CINTURA E OMBRO, 2 ALÇAS PARA PORTA FERRAMENTAS, AJUSTE PEITORAL E ALMOFADA PARA PROTEÇÃO LOMBAR E DAS PERNAS, POSSUI REGULAGEM TOTAL. UTILIZADO EM ATIVIDADES A MAIS DE 2 METROS DE ALTURA DO PISO, NAS QUAIS HAJA





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			RISCO DE QUEDA DO TRABALHADOR, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
47	20	UN	KIT CINTA CATRACA AMARRAÇÃO DE ESCADA 35MM, CONTENDO 1 CATRACA E 2 GANCHOS, CONFECCIONADOS EM POLÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA, CAPACIDADE DE CARGA DE NO MÍNIMO 2.000 KG, UTILIZADAS PARA AMARRAÇÃO DE ESCADAS EM SISTEMA DE LINHA DE VIDA.
48	10	UN	MÁSCARA DE SOLDA DE SEGURANÇA, COMPOSTA DE ESCUDO CONFECCIONADO EM CELERON, COM CARNEIRA DE PLÁSTICO, COM REGULAGEM DE TAMANHO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).
49	75	ROLO	FITA ADESIVA ANTIDERRAPANTE PRETA, LARGURA 50MM, COMPRIMENTO 20MTS, CONFECCIONADA EM BORRACHA E ABRASIVOS ARTIFICIAIS, RESISTENTE A CHUVAS E TRÁFEGO INTENSO, PREVINE ACIDENTES EM ÁREAS INTERNAS E EXTERNA, RESISTENTE Á ÁGUA OU GRAXA, IDEAL PARA APLICAÇÃO EM ESCADAS, CALÇADAS, RAMPAS E DEMAIS ÁREAS ESCORREGADIAS. AUTO ADESIVA, ADERE A QUALQUER SUPERFÍCIE LISA, LIMPA E SECA.
50	120	ROLO	FITA ZEBRADA PARA SINALIZAÇÃO; MATERIAL PLÁSTICO NA LARGURA DE 70MM X 200 METROS; COR PRETO E AMARELO NO FORMATO DAS CORES DIAGONAL.
51	50	UN	LENTE RETANGULAR DE VIDRO ESCURA Nº 10 PARA MÁSCARA DE SOLDA, MATERIAL: VIDRO, DIMENSÕES: 10,7 X 5,0 (CM), EM FORMATO: RETANGULAR, COR: PRETO, APRESENTAR O C. A. (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO).
52	200	PAR	LUVA DE PROTEÇÃO, CONFECCIONADA EM SUPORTE TÊXTIL DE ALGODÃO, COM FORRO DE ALGODÃO E BANHO EM BORRACHA NITRÍLICA, FORMATO ANATÔMICO, COM PUNHO EM MALHA, NA COR AZUL, PROTEÇÃO DAS MÃOS DE OBJETOS CORTANTES, PONTIAGUDOS E DE AGENTES FÍSICOS, BIOLÓGICOS E QUÍMICOS. TAMANHO 10, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
53	120	PAR	LUVA DE PROTEÇÃO, CONFECCIONADA EM SUPORTE TÊXTIL DE ALGODÃO, COM FORRO DE ALGODÃO E BANHO EM BORRACHA NITRÍLICA, FORMATO ANATÔMICO, COM PUNHO EM MALHA, NA COR AZUL, PROTEÇÃO DAS MÃOS DE OBJETOS CORTANTES, PONTIAGUDOS E DE AGENTES FÍSICOS, BIOLÓGICOS E QUÍMICOS. TAMANHO 8, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
54	50	PAR	LUVA DE PROTEÇÃO, CONFECCIONADA EM SUPORTE TÊXTIL DE ALGODÃO, COM FORRO DE ALGODÃO E BANHO EM BORRACHA NITRÍLICA, FORMATO ANATÔMICO, COM PUNHO EM MALHA, NA COR AZUL, PROTEÇÃO DAS MÃOS DE OBJETOS CORTANTES, PONTIAGUDOS E DE AGENTES FÍSICOS, BIOLÓGICOS E QUÍMICOS. TAMANHO 9, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
55	200	PAR	LUVA RASPA, CONFECCIONADA EM RASPA DE COURO NATURAL, REFORÇO INTERNO EM RASPA, TANTO NA PALMA COMO TAMBÉM NA FACE PALMAR DOS DEDOS; REFORÇO EXTERNO EXTRA, LOCALIZADO ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR; AMBIDESTRAS, COMPRIMENTO DO PUNHO DE APROXIMADAMENTE 07 CM. APROVADA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO C.A. (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO).





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

56	250	PAR	LUVA DE SEGURANÇA TAMANHO G. CONFECCIONADA COM SUPORTE TÊXTIL COM REVESTIMENTO EM LÁTEX CORRUGADO, BANHO SEMI-TOTAL OU $\frac{3}{4}$, COM PUNHO DE SEGURANÇA E FORMATO ANATÔMICO. PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES E PERFURANTES E CONTRA AGENTES TÉRMICOS (CALOR DE CONTATO). APROVADA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO C.A (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO).
57	700	PAR	LUVA DE SEGURANÇA; TAMANHO: GRANDE; CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRÍLICO HIPOALERGÊNICO. SUPERFÍCIE TEXTURIZADA; CANO LONGO; FACE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA; DORSO E PUNHO LIGEIRAMENTE ASPERADOS; REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO; AMBIDESTRA; RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS.
58	700	PAR	LUVA DE SEGURANÇA; TAMANHO: MÉDIO; CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRÍLICO HIPOALERGÊNICO. SUPERFÍCIE TEXTURIZADA; CANO LONGO; FACE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA; DORSO E PUNHO LIGEIRAMENTE ASPERADOS; REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO; AMBIDESTRA; RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS
59	700	PAR	LUVA DE SEGURANÇA; TAMANHO: PEQUENO; CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRÍLICO HIPOALERGÊNICO. SUPERFÍCIE TEXTURIZADA; CANO LONGO; FACE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA; DORSO E PUNHO LIGEIRAMENTE ASPERADOS; REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO; AMBIDESTRA; RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS
60	25	PAR	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM PVC, FORRADA COM TECIDO 100% ALGODÃO, ANTIALÉRGICO E PALMA ÁSpera COM PROPRIEDADES ANTIDERRAPANTES E ALTA RESISTÊNCIA À ABRASÃO, PARA UTILIZAÇÃO EM TRABALHOS QUE EXIJAM RESISTÊNCIA A RISCOS MECÂNICOS, ABRASÃO, CORTES, RASGAMENTO, PERFURAÇÃO E RISCOS QUÍMICOS; COMPRIMENTO TOTAL DA LUVA DE 70CM, TAMANHO G. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.
61	150	PAR	LUVA DE SEGURANÇA EM VAQUETA CURTIDA AO CROMO, PETROLEIRO, PALMA LISA, UNIÃO DA FACE PALMAR COM A DORSAL POR MEIO DE COSTURA SUPERIOR SOBREPOSTA, REFORÇO INTERNO NA PALMA, TIRA DE REFORÇO ENTRE OS DEDOS POLEGAR E O INDICADOR, CANO CURTO, COM PUNHO DO MESMO MATERIAL DA LUVA, ACABAMENTO NO PUNHO COM VIÉS, ELÁSTICO EMBUTIDO NO DORSO NA REGIÃO DO PUNHO, TAMANHO G. PROTEGE AS MÃOS CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE. IDENTIFICADA COMO NOME DO FABRICANTE E O CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.
62	25	UN	MANGOTE DE RASPA, CONFECCIONADO EM RASPA DE COURO NATURAL, COM TIRA EM RASPA E FIVELA. APROVADO PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE E TÉRMICOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE SOLDAGEM E PROCESSOS SIMILARES. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO - CA, EXPEDIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO.
63	15	CX	MÁSCARAS DESCARTÁVEL, TRIPLA CAMADA DE PROTEÇÃO, COM ELÁSTICO, EM CAIXA COM 50 UNIDADES.
64	75	UN	ÓCULOS DE PROTEÇÃO, COM LENTE DE SEGURANÇA EM POLICARBONATO ÓTICO INCOLOR, COM TRATAMENTO ANTIRISCO E ANTIEMBAÇANTE ARMAÇÃO PRETA, APOIO NASAL E PROTEÇÃO LATERAL NO MESMO MATERIAL DA LENTE, HASTES TIPO ESPÁTULA COM AJUSTE DE COMPRIMENTO PARA MELHOR ADAPTAÇÃO AO ROSTO DO USUÁRIO. PROTEGE O USUÁRIO CONTRA RADIAÇÕES ULTRAVIOLETA, CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS NA REGIÃO OCULAR EVITANDO ACIDENTES DE TRABALHO RESISTENTE A IMPACTOS E CHOQUES FÍSICOS DE MATERIAIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS COMO FRAGMENTOS DE MADEIRA FERRO RESPINGOS DE PRODUTOS ÁCIDOS CÁUSTICOS ENTRE





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			OUTROS, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A.
65	200	UN	PROTETOR AURICULAR DE SILICONE TIPO PLUG, COM CORDÃO, CONFECCIONADO EM SILICONE GRAU FARMACÊUTICO, TIPO INSERÇÃO COMPOSTO POR UM EIXO COM TRÊS FALANGES, ONDE A PRIMEIRA, A SEGUNDA E A TERCEIRA SÃO FALANGES MACIÇAS E CÔNICAS, TODAS DE DIMENSÕES VARIÁVEIS, CONTENDO UM ORIFÍCIO NO SEU INTERIOR, PROTETOR TAMANHO ÚNICO MOLDÁVEL A DIFERENTES CANAIS AUDITIVOS COM O SEM SENSOR EM CORES VARIÁVEIS COM CORDÃO DE POLIPROPILENO OU CORDÃO DE SILICONE EM VÁRIAS CORES. COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A.
66	400	UN	PROTETOR SOLAR COM REPELENTE DE INSETOS, FATOR DE PROTEÇÃO MÍNIMA FPS 30, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DEVE FORNECER PROTEÇÃO CONTRA QUEIMADURAS SOLARES PROVENIENTES DOS RAIOS U.V.A. E U.V.B. DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALÉRGICO, NÃO OLEOSO, RESISTENTE À ÁGUA E AO SUOR, REGISTRADO NA ANVISA E PARA USO PROFISSIONAL. PROTEÇÃO CONTRA MOSQUITOS. FRASCO COM NO MÍNIMO DE 120ML.
67	350	UN	PROTETOR SOLAR, FPS MÍNIMO DE 90, ALTA PROTEÇÃO DA PELE CONTRA EFEITOS NOCIVOS DA RADIAÇÃO SOLAR, AÇÃO HIDRATANTE, RÁPIDA ABSORÇÃO, TEXTURA LEVE, SEM CORANTE, EM EMBALAGEM DE PLÁSTICO COM 200 ML, PARA USO EM TRABALHO A CÉU ABERTO, COM REGISTRO NA ANVISA.
68	650	UN	REPELENTE - REPELENTE PRINCÍPIO ATIVO: À BASE DE ICARIDINA, CONCENTRAÇÃO: ATÉ 25%, FORMA FARMACÊUTICA: SPRAY, PROTEGE INCLUSIVE CONTRA DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNHA. FRASCOS DE 200 ML. NÍVEL PROTEÇÃO DE MÍNIMO DE 4 HORAS; PARA USO ADULTO, O PRODUTO DEVE APRESENTAR REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.
69	60	UN	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR, COM PEÇA FACIAL INTEIRA, TAMANHO G, COM VEDAÇÃO E COPA NASAL EM SILICONE E LENTE EM POLICARBONATO, CAMPO DE VISÃO DE 200°, COM 5 PONTOS PARA AJUSTE E SUSTENTAÇÃO INDEPENDENTE DA ÁREA DE VEDAÇÃO, CONECTORES DOS FILTROS TIPO ROSCA, COMPATÍVEL COM FILTROS MECÂNICOS, COMBINADOS E CARTUCHOS QUÍMICOS CASSE 1, ATENDENDO A NORMA ANZI Z87 E SUAS POSSÍVEIS ATUALIZAÇÕES, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
70	30	UN	TALABARTE DE SEGURANÇA, EM FITA DE POLIÉSTER ELÁSTICA DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ABSORVEDOR DE ENERGIA, DOIS CONECTORES EM AÇO, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
71	100	CJ	UNIFORME ELETRICISTA - CONJUNTO UNIFORME ELETRICISTA, COMPOSTO DE CAMISA MANGA COMPRIDA E CALÇA. NR10 RISCO II CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO 8.6OZ (290 g/m²); COM TRATAMENTO RETARDANTE A CHAMA, COMPOSTO DE: CALÇA DE CÓS, COM DOIS BOLSOS FRONTAIS E DOIS BOLSOS NA TRASEIRA, COM FAIXAS REFLETIVAS NAS PERNAS NA ALTURA DA CANELA E COM FECHAMENTO EM ZÍPER DE PLÁSTICO; CAMISA COM GOLA TIPO ESPORTE COM BOLSO DE PRESSÃO, ABERTURA FRONTAL, COM MANGAS LONGAS E PUNHOS AMERICANOS, FECHADOS POR BOTÃO DE PRESSÃO, COM FITAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS OMBROS ACIMA DO BOLSO, E COSTAS E MANGAS NA DIREÇÃO DO BOLSO, NA ALTURA DO MUSCULO ACIMA DO COTOVELO. COR: CINZA COM FAIXAS REFLETIVAS LARANJADO E PRATA. A





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

		EMPRESA GANHADORA DO CERTAME DEVERÁ ENVIAR AS MEDIDAS DOS UNIFORMES PARA QUE OS SERVIDORES ESCOLHAM OS TAMANHOS ADEQUADOS. DEVERÁ SER BORDADA O LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, TAMANHO 5CMX8CM, NO BOLSO FRONTAL DA CAMISA. OBS: CALÇA COM FECHAMENTO COM ZIPER E FAIXAS REFLETIVAS NAS CORES LARANJA FLUORESCENTE COM PRATA. O UNIFORME DEVERÁ ATENDER OS DISPOSITIVOS DA NORMA REGULAMENTADORA DE NÚMERO 10 (NR-10). É OBRIGATORIAMENTE A FIXAÇÃO DAS FAIXAS NO MESMO LOCAL E ALTURA. OBJETIVOS PROTEÇÃO DO CORPO DO USUÁRIO CONTRA ARCO ELÉTRICO PROVENIENTE DOS TRABALHOS COM REDES ENERGIZADAS. INFORMAÇÕES IMPORTANTES ESTE EPI DEVERÁ SER IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO DA PEÇA, NÚMERO DO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE.
--	--	--

2 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A motivação da presente aquisição, tem origem em apuração interna da necessidade e visa o cumprimento das normativas de segurança de trabalho, garantindo assim, bem-estar, mais segurança e melhorias nas condições de trabalho dos servidores públicos municipais, nas realizações dos serviços de campo, por várias secretarias, mantendo os mesmos protegidos e seguros, evitando assim acidentes de trabalho. Os equipamentos fazem parte de material de proteção individual, destinados à proteção contra riscos capazes de ameaçar a segurança e a saúde dos servidores, a fim de preservar a integridade física dos mesmos em trabalhos a serem realizados.

2.2. Outrossim, objetiva garantir a integridade física dos servidores, preservando e assegurando padrões adequados de saúde e bem-estar no ambiente de trabalho, que visam amenizar riscos de acidentes, assim, contribuindo para a melhoria da qualidade e produtividade no trabalho.

2.3. Cabe realçar, que a natureza das atividades externas implica na exposição a riscos ambientais, fazendo com que seja necessária a devida proteção física dos profissionais envolvidos, evitando assim a ocorrência de danos à saúde bem como incidentes ou acidentes de trabalho.

2.4. É importante ressaltar que, por se tratarem de Equipamentos de Proteção Individual e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPI's & EPC's), a padronização e compatibilidade desses itens são essenciais e imprescindíveis para garantir a qualidade, certificação técnica e conformidade com as normas de segurança. A utilização de produtos com diferentes padrões pode comprometer a eficiência a segurança dos funcionários, além de gerar riscos à segurança dos usuários.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução proposta é a aquisição via Registro de Preços para futura eventual aquisição do objeto de proteger o servidor em situações nas quais suas atividades sejam realizadas na presença de algum risco ambiental capaz de prejudicar sua segurança e saúde, visando atender as necessidades do Município de Tremembé.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

4 – DA DESCRIÇÃO DOS ITENS

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
1.	100	UN	AVENTAL EM RASPA DE COURO, PARA PROTEÇÃO CONTRA RESPINGO DE SOLDA E ÓLEOS, COM MANGA, SEM GOLA, NA COR CINZA. TIRAS EM RASPA PARA AJUSTES. MEDIDAS APROXIMADAS: 120 X 60 CM. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.
2.	2000	UN	AVENTAL DE PVC. IMPERMEÁVEL COM FORRO EM TECIDO. COM ALÇA NO PESCOÇO E TIRAS PARA REGULAGEM NAS COSTAS. TAMANHO APROXIMADO: 70 CM X 1,20 M. APLICAÇÕES: COZINHA INDUSTRIAL, APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS, PRODUTOS QUÍMICOS, LIMPEZA DE TANQUES. DEVE APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) - ATENDENDO AS NORMAS DE ABNT – NBR.
3.	60	UN	BOLSA TRANSVERSAL PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS CONFECCIONADA EM LONA IMPERMEÁVEL, LONA 10, NA COR AZUL MARINHO, COM DUAS DIVISÕES INTERNAS E UM BOLSO SEM LAPELA. CADARÇO DE ALGODÃO E FIVELAS NIQUELADAS. TAMANHO APROXIMADO: 31 CM (LARGURA) X 37 CM (ALTURA) X 20 CM (LATERAL).
4.	30	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 39, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
5.	20	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 35, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
6.	15	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 36, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
7.	15	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 37, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
8.	10	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 38, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

9.	40	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 40, SEM FORRO, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
10.	50	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 41, SEM FORRO, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
11.	35	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 42, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
12.	10	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 43, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
13.	10	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 44, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
14.	10	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 46, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.
15.	5	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 37, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.
16.	15	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 38, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.
17.	15	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 39, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

18.	55	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 40, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO
19.	30	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 41, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.
20.	10	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 43, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.
21.	10	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 44, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.
22.	10	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 35, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.
23.	10	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 36, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.
24.	35		SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 36.
25.	10	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 37.
26.	10	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 38.
27.	30	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 39.
28.	20	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 40.
29.	30	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 41.
30.	30	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 42.
31.	20	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 43.
32.	20	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 44.
33.	35	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 35.
34.	10	PAR	SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 34.
35.	50	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA, EM MATERIAL POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM PROTETOR FACIAL ACOPLADO, FIXADO EM SUPORTE BASCULANTE EM FORMATO DE ARCO, PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES FRONTAIS, <u>COR AZUL</u> , COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
36.	10	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA, EM MATERIAL POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM PROTETOR FACIAL ACOPLADO, FIXADO EM SUPORTE BASCULANTE EM FORMATO DE ARCO, PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES FRONTAIS, <u>COR CINZA</u> , COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
37.	10	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA, EM MATERIAL POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM PROTETOR FACIAL ACOPLADO, FIXADO EM SUPORTE BASCULANTE EM FORMATO DE ARCO, PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES FRONTAIS, <u>COR VERDE</u> , COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
38.	20	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA CAPACETE DE SEGURANÇA, COM JUGULAR, CLASSE B, TIPO II, COM ABA TOTAL, FORMADO POR DOIS COMPONENTES BÁSICOS, CASCO RÍGIDO, LEVE, INJETADO NUMA ÚNICA PEÇA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, SEM POROSIDADE, MATERIAL NÃO CONDUTOR DE ELETRICIDADE, COM ALTA RESISTÊNCIA DIELÉTRICA E ISOLAMENTO PARA MÉDIA





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			TENSÃO (20 KV), SENDO IDEAL PARA TRABALHOS COM ELETRICIDADE. COM SUSPENSÃO, CINTA AJUSTÁVEL E DUPLA FITA AMORTECEDORA COM QUATRO PONTOS DE APOIO, PARA SISTEMA DE AMORTECIMENTO, EM CASO DE IMPACTO, COM TESTEIRA ABSORVEDORA DE SUOR E JUGULAR FIXA. COM CA VÁLIDO EXPEDIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. CORES: BRANCO/CINZA, AZUL, VERDE, LARANJA, PRETO, MARROM, AMARELO.
39.	10	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA PARA USO OCUPACIONAL CLASSE A, TIPO II, CASCO COM NERVURA, SUSPENSÃO INJETADA EM PLÁSTICO COM PONTOS DE FIXAÇÃO, ENCAIXES LATERAIS PARA ACOPLAR ACESSÓRIOS, LEVE E ALTAMENTE RESISTENTE, COM CARNEIRA MACIA E AJUSTE COM SIMPLES E TIRA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA COBERTA DE MATERIAL SINTÉTICO, COM JUGULAR AJUSTÁVEL, INDICADO PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS SOBRE O CRÂNIO, <u>COR AZUL</u> , COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
40.	10	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA PARA USO OCUPACIONAL CLASSE A, TIPO II, CASCO COM NERVURA, SUSPENSÃO INJETADA EM PLÁSTICO COM PONTOS DE FIXAÇÃO, ENCAIXES LATERAIS PARA ACOPLAR ACESSÓRIOS, LEVE E ALTAMENTE RESISTENTE, COM CARNEIRA MACIA E AJUSTE COM SIMPLES E TIRA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA COBERTA DE MATERIAL SINTÉTICO, COM JUGULAR AJUSTÁVEL, INDICADO PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS SOBRE O CRÂNIO, <u>COR CINZA</u> , COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
41.	10	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA PARA USO OCUPACIONAL CLASSE A, TIPO II, CASCO COM NERVURA, SUSPENSÃO INJETADA EM PLÁSTICO COM PONTOS DE FIXAÇÃO, ENCAIXES LATERAIS PARA ACOPLAR ACESSÓRIOS, LEVE E ALTAMENTE RESISTENTE, COM CARNEIRA MACIA E AJUSTE COM SIMPLES E TIRA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA COBERTA DE MATERIAL SINTÉTICO, COM JUGULAR AJUSTÁVEL, INDICADO PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS SOBRE O CRÂNIO, <u>COR VERDE</u> , COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
42.	300	PEÇA	CARTUCHO QUÍMICO CONTRA VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS, COMPOSTO DE RECIPIENTE PLÁSTICO CONTENDO CARVÃO ATIVADO TRATADO E ENCAIXE TIPO ROSCA PARA SER UTILIZADO COM RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR DE MANUTENÇÃO, REUTILIZÁVEL, PEÇA FACIAL INTEIRA, CLASSE 1 - VAPORES ORGÂNICOS. LACRADO E COM VALIDADE DE 5 ANOS APÓS A DATA DE ENTREGA. APROVADO PELA NORMA NBR 13696/1966 (FILTROS QUÍMICOS E COMBINADOS) INDICADO PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS CONTRA A AÇÃO DE VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS COM CONCENTRAÇÃO AMBIENTAL INFERIOR A 1000PPM. TAIS COMO CLORO ATÉ 10PPM, DIOXIDOO





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			DE CLORO, ÁCIDO CLORÍDRICO ATÉ 50PPM, PINTURA EM SPRAY E PESTICIDAS, ACETONA, PETRÓLEO, PROPANO, ÁLCOOL, ETILENO, GLICOL, NAFTA, NICOTINA, OCTANA, ÉTER, PIRIDINA, ÁLCOOIS MINERAIS, ESTIRENO E TOLUENO. COMPATÍVEL COM RESPIRADORES OPIT FIT MODELOS 752000 E 762000, E SEMI-FACIAL 720000, 710000 E 70000. APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A.).
43.	150	UN	CHAPÉU DE PALHA, ABA LARGA, ACABAMENTO NA BORDA PARA NÃO DESFIAR, TAMANHO ÚNICO, DIÂMETRO APROXIMADO DE 40 CM, PARA PROTEÇÃO CONTRA SOL E SERENO.
44.	30	UN	CINTURÃO DE SEGURANÇA DO TIPO PARAQUEDISTA COM DOIS PONTOS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA, UM PONTO PARA SUSTENTAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO E UM PONTO DE ANCORAGEM PARA POSICIONAMENTO, SENDO LAÇO FRONTAL DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA, CONFECCIONADO COM O MESMO MATERIAL DO CINTO, UMA ARGOLA "D" CONFECCIONADA EM AÇO GALVANIZADO PARA CONEXÃO DORSAL, EM AÇO, DUAS ARGOLAS DE POSICIONAMENTO TIPO "D", CONFECCIONADA EM AÇO GALVANIZADO INCLINADAS, UTILIZADA PARA POSICIONAMENTO, CINTURÃO ABDOMINAL E PERNEIRAS ACOLCHOADAS COM SISTEMA DE CONFECCIONADO EM FITA DE MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA TENACIDADE, COM 45MM DE LARGURA E LINHAS DE COR CONTRASTANTES ÀS FITAS DO CINTO, FIVELAS DUPLAS DE AÇO PARA AJUSTES NAS PERNA. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).
45.	250	UN	CHAPÉU AUSTRALIANO COM PROTEÇÃO DE PESCOÇO, COM PROTEÇÃO SOLAR, COR CINZA ESCURO LISO, TECIDO OXFORD
46.	33	UN	CINTO DE SEGURANÇA ABDOMINAL TIPO PARAQUEDISTA COM REGULAGEM TOTAL, 5 PONTOS DE ANCORAGEM, CONFECCIONADO EM FITA DE POLIÉSTER, 2 MEIA-ARGOLAS PARA POSICIONAMENTO NA CINTURA, 1 MEIA-ARGOLA COM PONTO DE CONEXÃO DORSAL, 1 MEIA-ARGOLA NA ALTURA DO ABDÔMEN, 1 MEIA-ARGOLA NA ALTURA DO VENTRE QUE FIXA A UM MOSQUETÃO OVAL AO CINTO, 5 FIVELAS DUPLAS PARA AJUSTE NAS PERNAS, CINTURA E OMBRO, 2 ALÇAS PARA PORTA FERRAMENTAS, AJUSTE PEITORAL E ALMOFADA PARA PROTEÇÃO LOMBAR E DAS PERNAS, POSSUI REGULAGEM TOTAL. UTILIZADO EM ATIVIDADES A MAIS DE 2 METROS DE ALTURA DO PISO, NAS QUAIS HAJA RISCO DE QUEDA DO TRABALHADOR, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
47.	20	UN	KIT CINTA CATRACA AMARRAÇÃO DE ESCADA 35MM, CONTENDO 1 CATRACA E 2 GANCHOS, CONFECCIONADOS EM POLÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA, CAPACIDADE DE CARGA DE NO MÍNIMO 2.000 KG, UTILIZADAS PARA AMARRAÇÃO DE ESCADAS EM SISTEMA DE LINHA DE VIDA.
48.	10	UN	MÁSCARA DE SOLDA DE SEGURANÇA, COMPOSTA DE ESCUDO CONFECCIONADO EM CELERON, COM CARNEIRA DE PLÁSTICO, COM REGULAGEM DE TAMANHO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

49.	75	ROLO	FITA ADESIVA ANTIDERRAPANTE PRETA, LARGURA 50MM, COMPRIMENTO 20MTS, CONFECCIONADA EM BORRACHA E ABRASIVOS ARTIFICIAIS, RESISTENTE A CHUVAS E TRÁFEGO INTENSO, PREVINE ACIDENTES EM ÁREAS INTERNAS E EXTERNA, RESISTENTE Á ÁGUA OU GRAXA, IDEAL PARA APLICAÇÃO EM ESCADAS, CALÇADAS, RAMPAS E DEMAIS ÁREAS ESCORREGADIAS. AUTO ADESIVA, ADERE A QUALQUER SUPERFÍCIE LISA, LIMPA E SECA.
50.	120	ROLO	FITA ZEBRADA PARA SINALIZAÇÃO; MATERIAL PLÁSTICO NA LARGURA DE 70MM X 200 METROS; COR PRETO E AMARELO NO FORMATO DAS CORES DIAGONAL.
51.	50	UN	LENTE RETANGULAR DE VIDRO ESCURA Nº 10 PARA MÁSCARA DE SOLDA, MATERIAL: VIDRO, DIMENSÕES: 10,7 X 5,0 (CM), EM FORMATO: RETANGULAR, COR: PRETO, APRESENTAR O C. A. (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO).
52.	200	PAR	LUVA DE PROTEÇÃO, CONFECCIONADA EM SUPORTE TÊXTIL DE ALGODÃO, COM FORRO DE ALGODÃO E BANHO EM BORRACHA NITRÍLICA, FORMATO ANATÔMICO, COM PUNHO EM MALHA, NA COR AZUL, PROTEÇÃO DAS MÃOS DE OBJETOS CORTANTES, PONTIAGUDOS E DE AGENTES FÍSICOS, BIOLÓGICOS E QUÍMICOS. TAMANHO 10, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
53.	120	PAR	LUVA DE PROTEÇÃO, CONFECCIONADA EM SUPORTE TÊXTIL DE ALGODÃO, COM FORRO DE ALGODÃO E BANHO EM BORRACHA NITRÍLICA, FORMATO ANATÔMICO, COM PUNHO EM MALHA, NA COR AZUL, PROTEÇÃO DAS MÃOS DE OBJETOS CORTANTES, PONTIAGUDOS E DE AGENTES FÍSICOS, BIOLÓGICOS E QUÍMICOS. TAMANHO 8, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
54.	50	PAR	LUVA DE PROTEÇÃO, CONFECCIONADA EM SUPORTE TÊXTIL DE ALGODÃO, COM FORRO DE ALGODÃO E BANHO EM BORRACHA NITRÍLICA, FORMATO ANATÔMICO, COM PUNHO EM MALHA, NA COR AZUL, PROTEÇÃO DAS MÃOS DE OBJETOS CORTANTES, PONTIAGUDOS E DE AGENTES FÍSICOS, BIOLÓGICOS E QUÍMICOS. TAMANHO 9, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
55.	200	PAR	LUVA RASPA, CONFECCIONADA EM RASPA DE COURO NATURAL, REFORÇO INTERNO EM RASPA, TANTO NA PALMA COMO TAMBÉM NA FACE PALMAR DOS DEDOS; REFORÇO EXTERNO EXTRA, LOCALIZADO ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR; AMBIDESTRAS, COMPRIMENTO DO PUNHO DE APROXIMADAMENTE 07 CM. APROVADA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO C.A (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO).
56.	250	PAR	LUVA DE SEGURANÇA TAMANHO G. CONFECCIONADA COM SUPORTE TÊXTIL COM REVESTIMENTO EM LÁTEX CORRUGADO, BANHO SEMI-TOTAL OU ¾, COM PUNHO DE SEGURANÇA E FORMATO ANATÔMICO. PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES E





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			PERFURANTES E CONTRA AGENTES TÉRMICOS (CALOR DE CONTATO). APROVADA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO C.A (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO).
57.	700	PAR	LUVA DE SEGURANÇA; TAMANHO: GRANDE; CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRÍLICO HIPOALERGÊNICO. SUPERFÍCIE TEXTURIZADA; CANO LONGO; FACE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA; DORSO E PUNHO LIGEIRAMENTE ASPERADOS; REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO; AMBIDESTRA; RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS.
58.	700	PAR	LUVA DE SEGURANÇA; TAMANHO: MÉDIO; CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRÍLICO HIPOALERGÊNICO. SUPERFÍCIE TEXTURIZADA; CANO LONGO; FACE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA; DORSO E PUNHO LIGEIRAMENTE ASPERADOS; REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO; AMBIDESTRA; RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS
59.	700	PAR	LUVA DE SEGURANÇA; TAMANHO: PEQUENO; CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRÍLICO HIPOALERGÊNICO. SUPERFÍCIE TEXTURIZADA; CANO LONGO; FACE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA; DORSO E PUNHO LIGEIRAMENTE ASPERADOS; REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO; AMBIDESTRA; RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS
60.	25	PAR	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM PVC, FORRADA COM TECIDO 100% ALGODÃO, ANTIALÉRGICO E PALMA ÁSPERA COM PROPRIEDADES ANTIDERRAPANTES E ALTA RESISTÊNCIA À ABRASÃO, PARA UTILIZAÇÃO EM TRABALHOS QUE EXIJAM RESISTÊNCIA A RISCOS MECÂNICOS, ABRASÃO, CORTES, RASGAMENTO, PERFURAÇÃO E RISCOS QUÍMICOS; COMPRIMENTO TOTAL DA LUVA DE 70CM, TAMANHO G. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.
61.	150	PAR	LUVA DE SEGURANÇA EM VAQUETA CURTIDA AO CROMO, PETROLEIRO, PALMA LISA, UNIÃO DA FACE PALMAR COM A DORSAL POR MEIO DE COSTURA SUPERIOR SOBREPOSTA, REFORÇO INTERNO NA PALMA, TIRA DE REFORÇO ENTRE OS DEDOS POLEGAR E O INDICADOR, CANO CURTO, COM PUNHO DO MESMO MATERIAL DA LUVA, ACABAMENTO NO PUNHO COM VIÉS, ELÁSTICO EMBUTIDO NO DORSO NA REGIÃO DO PUNHO, TAMANHO G. PROTEGE AS MÃOS CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE. IDENTIFICADA COMO NOME DO FABRICANTE E O CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.
62.	25	UN	MANGOTE DE RASPA, CONFECCIONADO EM RASPA DE COURO NATURAL, COM TIRA EM RASPA E FIVELA. APROVADO PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE E TÉRMICOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE SOLDAGEM E PROCESSOS SIMILARES. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO - CA, EXPEDIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO.
63.	15	CX	MÁSCARAS DESCARTÁVEL, TRIPLA CAMADA DE PROTEÇÃO, COM ELÁSTICO, EM CAIXA COM 50 UNIDADES.
64.	75	UN	ÓCULOS DE PROTEÇÃO, COM LENTE DE SEGURANÇA EM POLICARBONATO ÓTICO INCOLOR, COM TRATAMENTO ANTIRISCO E ANTIEMBAÇANTE ARMAÇÃO PRETA, APOIO NASAL E PROTEÇÃO LATERAL NO MESMO MATERIAL DA LENTE, HASTES TIPO ESPÁTULA COM AJUSTE DE COMPRIMENTO PARA MELHOR ADAPTAÇÃO AO





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			ROSTO DO USUÁRIO. PROTEGE O USUÁRIO CONTRA RADIAÇÕES ULTRAVIOLETA, CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS NA REGIÃO OCULAR EVITANDO ACIDENTES DE TRABALHO RESISTENTE A IMPACTOS E CHOQUES FÍSICOS DE MATERIAIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS COMO FRAGMENTOS DE MADEIRA FERRO RESPIGOS DE PRODUTOS ÁCIDOS CÁUSTICOS ENTRE OUTROS, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A.
65.	200	UN	PROTETOR AURICULAR DE SILICONE TIPO PLUG, COM CORDÃO, CONFECCIONADO EM SILICONE GRAU FARMACÊUTICO, TIPO INSERÇÃO COMPOSTO POR UM EIXO COM TRÊS FALANGES, ONDE A PRIMEIRA, A SEGUNDA E A TERCEIRA SÃO FALANGES MACIÇAS E CÔNICAS, TODAS DE DIMENSÕES VARIÁVEIS, CONTENDO UM ORIFÍCIO NO SEU INTERIOR, PROTETOR TAMANHO ÚNICO MOLDÁVEL A DIFERENTES CANAIS AUDITIVOS COM O SEM SENSOR EM CORES VARIÁVEIS COM CORDÃO DE POLIPROPILENO OU CORDÃO DE SILICONE EM VÁRIAS CORES. COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A.
66.	400	UN	PROTETOR SOLAR COM REPELENTE DE INSETOS, FATOR DE PROTEÇÃO MÍNIMA FPS 30, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DEVE FORNECER PROTEÇÃO CONTRA QUEIMADURAS SOLARES PROVENIENTES DOS RAIOS U.V.A. E U.V.B. DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALÉRGICO, NÃO OLEOSO, RESISTENTE À ÁGUA E AO SUOR, REGISTRADO NA ANVISA E PARA USO PROFISSIONAL. PROTEÇÃO CONTRA MOSQUITOS. FRASCO COM NO MÍNIMO DE 120ML.
67.	350	UN	PROTETOR SOLAR, FPS MÍNIMO DE 90, ALTA PROTEÇÃO DA PELE CONTRA EFEITOS NOCIVOS DA RADIAÇÃO SOLAR, AÇÃO HIDRATANTE, RÁPIDA ABSORÇÃO, TEXTURA LEVE, SEM CORANTE, EM EMBALAGEM DE PLÁSTICO COM 200 ML, PARA USO EM TRABALHO A CÉU ABERTO, COM REGISTRO NA ANVISA.
68.	650	UN	REPELENTE - REPELENTE PRINCÍPIO ATIVO: À BASE DE ICARIDINA, CONCENTRAÇÃO: ATÉ 25%, FORMA FARMACÊUTICA: SPRAY, PROTEGE INCLUSIVE CONTRA DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNHA. FRASCOS DE 200 ML. NÍVEL PROTEÇÃO DE MÍNIMO DE 4 HORAS; PARA USO ADULTO, O PRODUTO DEVE APRESENTAR REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.
69.	60	UN	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR, COM PEÇA FACIAL INTEIRA, TAMANHO G, COM VEDAÇÃO E COPA NASAL EM SILICONE E LENTE EM POLICARBONATO, CAMPO DE VISÃO DE 200°, COM 5 PONTOS PARA AJUSTE E SUSTENTAÇÃO INDEPENDENTE DA ÁREA DE VEDAÇÃO, CONECTORES DOS FILTROS TIPO ROSCA, COMPATÍVEL COM FILTROS MECÂNICOS, COMBINADOS E CARTUCHOS QUÍMICOS CASSE 1, ATENDENDO A NORMA ANZI Z87 E SUAS POSSÍVEIS ATUALIZAÇÕES, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.
70.	30	UN	TALABARTE DE SEGURANÇA, EM FITA DE POLIÉSTER ELÁSTICA DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ABSORVEDOR DE ENERGIA, DOIS CONECTORES EM AÇO, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

71.	100	CJ	UNIFORME ELETRICISTA - CONJUNTO UNIFORME ELETRICISTA, COMPOSTO DE CAMISA MANGA COMPRIDA E CALÇA. NR10 RISCO II CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO 8.6OZ (290 g/m²); COM TRATAMENTO RETARDANTE A CHAMA, COMPOSTO DE: CALÇA DE CÓS, COM DOIS BOLSOS FRONTAIS E DOIS BOLSOS NA TRASEIRA, COM FAIXAS REFLETIVAS NAS PERNAS NA ALTURA DA CANELA E COM FECHAMENTO EM ZÍPER DE PLÁSTICO; CAMISA COM GOLA TIPO ESPORTE COM BOLSO DE PRESSÃO, ABERTURA FRONTAL, COM MANGAS LONGAS E PUNHOS AMERICANOS, FECHADOS POR BOTÃO DE PRESSÃO, COM FITAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS OMBROS ACIMA DO BOLSO, E COSTAS E MANGAS NA DIREÇÃO DO BOLSO, NA ALTURA DO MUSCULO ACIMA DO COTOVELO. COR: CINZA COM FAIXAS REFLETIVAS LARANJADO E PRATA. A EMPRESA GANHADORA DO CERTAME DEVERÁ ENVIAR AS MEDIDAS DOS UNIFORMES PARA QUE OS SERVIDORES ESCOLHAM OS TAMANHOS ADEQUADOS. DEVERÁ SER BORDADA O LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, TAMANHO 5CMX8CM, NO BOLSO FRONTAL DA CAMISA. OBS: CALÇA COM FECHAMENTO COM ZIPER E FAIXAS REFLETIVAS NAS CORES LARANJA FLUORESCENTE COM PRATA. O UNIFORME DEVERÁ ATENDER OS DISPOSITIVOS DA NORMA REGULAMENTADORA DE NÚMERO 10 (NR-10). É OBRIGATORIAMENTE A FIXAÇÃO DAS FAIXAS NO MESMO LOCAL E ALTURA. OBJETIVOS PROTEÇÃO DO CORPO DO USUÁRIO CONTRA ARCO ELÉTRICO PROVENIENTE DOS TRABALHOS COM REDES ENERGIZADAS. INFORMAÇÕES IMPORTANTES ESTE EPI DEVERÁ SER IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO DA PEÇA, NÚMERO DO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE.
-----	-----	----	--

5 - DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

5.1. Os licitantes detentores das propostas classificadas em primeiro lugar para os itens de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) que estiverem relacionados no Anexo I da Norma Regulamentadora nº 06 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, deverão apresentar o Certificado de Aprovação (CA) válido, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, como exigência para aceitação das propostas, em conformidade com o art. 6.2 da NR nº 06 do MTE:

Art. 6.2 – O equipamento de proteção individual, de fabricação nacional ou importado, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação – CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

5.2. Os licitantes detentores das propostas classificadas em primeiro lugar deverão informar o Número de Registro ou Declaração de Isenção de Registro dos materiais, no Ministério da Saúde/ANVISA, dentro do prazo de validade.

5.3. Ficará a cargo do proponente, provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.

5.4. Obrigatória a apresentação da ficha técnica do produto, onde constem todas as especificações pertinentes ao item ofertado.

5.5. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o (a) (a) pregoeiro (a) (a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

6 - CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. As entregas dos produtos ocorrerão de forma parcelada, em até 10 dias corridos contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, a entrega será nos Almoxarifados Central, da Saúde e da Educação, situado na Avenida Audrá nº 506, centro - Tremembé/SP - Telefone (12) 3674-18 - 3674-1566, conforme pedido das secretarias solicitantes.

6.2. Os bens serão recebidos por servidor responsável pelo almoxarifado correspondente;

6.3. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os materiais serão recebidos definitivamente a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7 - EXECUÇÃO

7.1. O início da entrega dos materiais ocorrerá em até 10 dias a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento e deverá obedecer ao cronograma de entrega, observando os locais, prazos e quantidades.

7.2. A empresa contratada fica responsável por toda a logística de distribuição, fornecendo todos os equipamentos e mão de obra necessários, sendo responsável ainda pelo correto acondicionamento e transporte dos materiais.

8 - GESTÃO DO CONTRATO





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

8.1. Obrigações da Contratada

8.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes, no mínimo, a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

8.2. Obrigações da Contratante

8.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.2.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.4. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/21, a execução do contrato deverá ser acompanhada pelos servidores, especialmente designados entre as secretarias solicitantes conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

8.4.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

8.4.2. Os pedidos serão realizados de acordo com a necessidade dos setores cabendo ao funcionário designado como fiscal realizar o efetivo recebimento conferindo se o produto entregue atenda as exigências editalícias. Para o acompanhamento da execução das entregas dos produtos serão indicados os funcionários para fiscal Sidemir Nunes de Almeida e para gestor Márcio dos Santos na Ata de Registro de Preços.

9 – PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias corridos, após o adimplemento da obrigação contratada, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração, nos termos do item 5.2.2 deste Termo de Referência.

9.1.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2. Os produtos deverão ser entregues devidamente acompanhados da Nota Fiscal ou Fatura, bem como da comprovação da regularidade fiscal, a qual poderá ser constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

9.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, o prazo para pagamento ficará sobrestado até que a Contratada regularize o erro.

10 – FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O critério da seleção do fornecedor deverá ser pelo MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM.

11 - ESTIMATIVA DE PREÇOS

11.1 - O custo estimado da contratação é de R\$304.272,10 (trezentos e quatro mil, duzentos e setenta e dois reais e dez centavos)

12 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes deste certame correrão no presente exercício à conta da dotação orçamentária a seguir indicada, sem prejuízo da utilização de outras que venham a ser disponibilizadas durante a vigência da referida ata:

Ficha	Função Programática
426	09.01.04.122.0062.2.129.339030.01.1100000
476	9.02.15.451.0064.2.147.339030.01.1100000





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

483	09.02.15.451.0066.2.138.339030.01.1100000
503	09.03.04.122.0067.2.140.339030.01.1100000
508	9.03.04.122.0068.2.144.339030.01.1100000
222	05.03.04.122.0020.2.032.339030.01.1100000
235	05.04.04.122.0021.2.034.339030.01.1100000
418	08.03.27.812.0033.2.077.339030.01.1100000
354	07.03.12.361.0051.2.054.339030.01.2200000
387	07.03.12.365.0052.2.063.339030.01.2130000
400	07.03.12.365.0052.2.065.339030.01.2120000
800	07.03.12.361.0051.2.054.339030.02.2000011
571	11.07.10.301.0044.2.089.339030.01.3100000
573	11.07.10.301.0044.2.089.339030.05.3000000
664	11.09.10.305.0045.2.101.339030.05.3000000

Plínio Xavier Lopes Neto

Secretário de Obras Públicas e Serviços Urbanos





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025

PROCESSO INTERNO Nº 1731/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPI'S & EPC'S) A SEREM USADOS NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO VII - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPI's & EPC's) a serem usados nas diversas Secretarias da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, itens desertos e fracassados no PE - 57/2024.

1.2. Solicitação de Compras:

124/2025 – Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos

2. ÁREA REQUISITANTE

2.1. Contratação do objeto requisitada pela Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos para atender as necessidades dos funcionários do município de Tremembé, atuantes em diversas secretarias.

3. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

3.1. Responsabilizam-se pelo planejamento da contratação o seguinte funcionário:

Leomar Oliveira Dias

Engenheiro

Yuri Lagrotti

Engenheiro

4. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

4.1. Lei 6.514/77. A lei do uso de EPI's faz parte da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e é um importante instrumento de proteção da segurança do trabalhador, fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, e em perfeito estado de conservação e funcionamento.

4.2. Considerando as recomendações da Organização Internacional da Saúde (OIT), do Ministério do Trabalho e Previdência e segundo a lei 6.514 de 22 de dezembro de 1977, Norma Regulamentadora nº 06, é obrigação da instituição, fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's), adequado ao risco, e em perfeito estado de conservação e funcionamento. Os equipamentos são destinados à proteção contra riscos ocupacionais capazes de ameaçar a segurança e a saúde dos servidores.

5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

5.1. A motivação da aquisição supramencionada, tem origem em apuração interna da necessidade e visa o cumprimento das normativas de segurança de trabalho, garantindo assim, bem estar, mais segurança e melhorias nas condições de trabalho dos servidores públicos municipais, nas realizações dos serviços de campo, por várias secretarias, mantendo os mesmos protegidos e seguros, evitando assim acidentes de trabalho. Os equipamentos fazem parte de material de proteção individual, destinados à proteção contra riscos capazes de ameaçar a segurança e a saúde dos servidores, a fim de preservar a integridade física dos mesmos em trabalhos a serem realizados.

5.2. Cabe realçar, que a natureza das atividades externas implica na exposição a riscos ambientais, fazendo com que seja necessária a devida proteção física dos profissionais envolvidos, evitando assim a ocorrência de danos à saúde bem como incidentes ou acidentes de trabalho.

5.3. Outrossim, objetiva garantir a integridade física dos servidores, preservando e assegurando padrões adequados de saúde e bem-estar no ambiente de trabalho, que visam amenizar riscos de acidentes, assim, contribuindo para a melhoria da qualidade e produtividade no trabalho.

6. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

6.1. As despesas decorrentes da contratação futura onerarão os seguintes recursos orçamentários e financeiros conforme Lei Orçamentária Anual (LOA 2024), sem prejuízo da utilização de outras que venham a ser disponibilizadas durante a vigência da referida ata:

FICHA	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA
426	09.01.04.122.0062.2.129.339030.01.1100000
476	9.02.15.451.0064.2.147.339030.01.1100000
483	09.02.15.451.0066.2.138.339030.01.1100000
503	09.03.04.122.0067.2.140.339030.01.1100000
508	9.03.04.122.0068.2.144.339030.01.1100000
222	05.03.04.122.0020.2.032.339030.01.1100000
235	05.04.04.122.0021.2.034.339030.01.1100000
418	08.03.27.812.0033.2.077.339030.01.1100000
354	07.03.12.361.0051.2.054.339030.01.2200000
387	07.03.12.365.0052.2.063.339030.01.2130000
400	07.03.12.365.0052.2.065.339030.01.2120000
800	07.03.12.361.0051.2.054.339030.02.2000011
571	11.07.10.301.0044.2.089.339030.01.3100000
573	11.07.10.301.0044.2.089.339030.05.3000000
664	11.09.10.305.0045.2.101.339030.05.3000000

7. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Os requisitos da contratação deverão atender ao que segue:

7.2. Os licitantes detentores das propostas classificadas em primeiro lugar para os itens de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) que estiverem relacionados no Anexo I da Norma Regulamentadora nº 06 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, deverão apresentar o Certificado de Aprovação (CA) válido, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, como exigência para aceitação das propostas, em conformidade com o art. 6.2 da NR nº 06 do MTE:

Art. 6.2 – O equipamento de proteção individual, de fabricação nacional ou importado, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação – CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

7.3. Os licitantes detentores das propostas classificadas em primeiro lugar deverão informar o Número

de Registro ou Declaração de Isenção de Registro dos materiais, no Ministério da Saúde/ANVISA, dentro do prazo de validade.

7.4. Ficará a cargo do proponente, provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.

7.5. Obrigatória a apresentação da ficha técnica do produto, onde constem todas as especificações pertinentes ao item ofertado.

7.6. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o (a) pregoeiro (a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

8.1 A estimativa de utilização foi baseada na série histórica da demanda de consumo estabelecida por aquisições realizadas em anos anteriores.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	CÓDIGO
01	100	UN	AVENTAL EM RASPA DE COURO, PARA PROTEÇÃO CONTRA RESPINGO DE SOLDA E ÓLEOS, COM MANGA, SEM GOLA, NA COR CINZA. TIRAS EM RASPA PARA AJUSTES. MEDIDAS APROXIMADAS: 120 X 60 CM. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	18.190.22
02	2000	UN	AVENTAL DE PVC. IMPERMEÁVEL COM FORRO EM TECIDO. COM ALÇA NO PESCOÇO E TIRAS PARA REGULAGEM NAS COSTAS. TAMANHO APROXIMADO: 70 CM X 1,20 M. APLICAÇÕES: COZINHA INDUSTRIAL, APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS, PRODUTOS QUÍMICOS, LIMPEZA DE TANQUES. DEVE APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) - ATENDENDO AS NORMAS DE ABNT – NBR.	18.190.23
03	60	UN	BOLSA TRANSVERSAL PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS CONFECCIONADA EM LONA IMPERMEÁVEL, LONA 10, NA COR AZUL MARINHO, COM DUAS DIVISÕES INTERNAS E UM BOLSO SEM LAPELA. CADARÇO DE ALGODÃO E FIVELAS NIQUELADAS. TAMANHO	18.190.24





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			APROXIMADO: 31 CM (LARGURA) X 37 CM (ALTURA) X 20 CM (LATERAL).	
04	30	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 39, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	18.190.25
05	20	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 35, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	18.190.26
06	15	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 36, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	18.190.27
07	15	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 37, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	18.190.28
08	10	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 38, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	18.190.29
09	40	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 40, SEM FORRO, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	18.190.30





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

10	50	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 41, SEM FORRO, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	18.190.31
11	35	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 42, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	18.190.32
12	10	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 43, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	18.190.33
13	10	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 44, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	18.190.34
14	10	PAR	BOTA DE SEGURANÇA, EM BORRACHA, TAMANHO 46, NA COR PRETA, CABEDAL VULCANIZADO EM BORRACHA, CANO LONGO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO E CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADOS POR PAR, COM A NUMERAÇÃO TAMBÉM NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	18.190.35
15	5	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 37, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.	18.190.36
16	15	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 38, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.	18.190.37





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

17	15	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 39, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.	18.190.38
18	55	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 40, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO	18.190.39
19	30	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 41, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.	18.190.40
20	10	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 43, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.	18.190.41
21	10	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 44, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.	18.190.42
22	10	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 35, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.	18.190.43
23	10	PAR	BOTA EM PVC, NÚMERO 36, CANO MÉDIO, NA COR BRANCA. CONFECCIONADA EM PVC INJETADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO CANO DE 28CM E ESPESSURA DO SOLADO DE 30MM. PRODUTO COM CA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.	18.190.44
24	35		SAPATO DE SEGUGRANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 36.	18.190.45





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

25	10	PAR	SAPATO DE SEGURANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 37.	18.190.46
26	10	PAR	SAPATO DE SEGURANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 38.	18.190.47
27	30	PAR	SAPATO DE SEGURANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 39.	18.190.48
28	20	PAR	SAPATO DE SEGURANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 40.	18.190.49
29	30	PAR	SAPATO DE SEGURANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E	18.190.50





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 41.	
30	30	PAR	SAPATO DE SEGURANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 42.	18.190.51
31	20	PAR	SAPATO DE SEGURANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 43.	18.190.52
32	20	PAR	SAPATO DE SEGURANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 44.	18.190.53
33	35	PAR	SAPATO DE SEGURANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 35.	18.190.54





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

34	10	PAR	SAPATO DE SEGURANÇA, COM BICO DE COMPOSITE. CANO BAIXO, CONFECCIONADO EM EVA COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. ERGONÔMICO E ORTOPÉDICO. PARTE DA FRENTE FECHADO, COBERTURA NO CALCANHAR, MODELO CONFORTÁVEL, LEVE E FLEXÍVEL. FORNECIMENTO EM PAR. ESPESSURA GROSSA COM TECNOLOGIA BACTERICIDA, IMPERMEÁVEL HIDROREPELENTE, UNISSEX. CERTIFICADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, NÚMERO 34.	18.190.55
35	50	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA, EM MATERIAL POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM PROTETOR FACIAL ACOPLADO, FIXADO EM SUPORTE BASCULANTE EM FORMATO DE ARCO, PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES FRONTAIS, <u>COR AZUL</u> , COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.	18.190.56
36	10	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA, EM MATERIAL POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM PROTETOR FACIAL ACOPLADO, FIXADO EM SUPORTE BASCULANTE EM FORMATO DE ARCO, PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES FRONTAIS, <u>COR CINZA</u> , COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.	18.190.57
37	10	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA, EM MATERIAL POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM PROTETOR FACIAL ACOPLADO, FIXADO EM SUPORTE BASCULANTE EM FORMATO DE ARCO, PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES FRONTAIS, <u>COR VERDE</u> , COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.	18.190.58
38	20	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA CAPACETE DE SEGURANÇA, COM JUGULAR, CLASSE B, TIPO II, COM ABA TOTAL, FORMADO POR DOIS COMPONENTES BÁSICOS, CASCO RÍGIDO, LEVE, INJETADO NUMA ÚNICA PEÇA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, SEM POROSIDADE, MATERIAL NÃO CONDUTOR DE ELETRICIDADE, COM ALTA RESISTÊNCIA DIELÉTRICA E ISOLAMENTO PARA MÉDIA TENSÃO (20 KV), SENDO IDEAL PARA TRABALHOS COM ELETRICIDADE. COM SUSPENSÃO, CINTA AJUSTÁVEL E DUPLA FITA AMORTECEDORA COM QUATRO PONTOS DE APOIO, PARA SISTEMA DE AMORTECIMENTO, EM CASO	18.190.59





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			DE IMPACTO, COM TESTEIRA ABSORVEDORA DE SUOR E JUGULAR FIXA. COM CA VÁLIDO EXPEDIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. CORES: BRANCO/CINZA, AZUL, VERDE, LARANJA, PRETO, MARROM, AMARELO.	
39	10	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA PARA USO OCUPACIONAL CLASSE A, TIPO II, CASCO COM NERVURA, SUSPENSÃO INJETADA EM PLÁSTICO COM PONTOS DE FIXAÇÃO, ENCAIXES LATERAIS PARA ACOPLAR ACESSÓRIOS, LEVE E ALTAMENTE RESISTENTE, COM CARNEIRA MACIA E AJUSTE COM SIMPLES E TIRA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA COBERTA DE MATERIAL SINTÉTICO, COM JUGULAR AJUSTÁVEL, INDICADO PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS SOBRE O CRÂNIO, <u>COR AZUL</u> , COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.	18.190.60
40	10	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA PARA USO OCUPACIONAL CLASSE A, TIPO II, CASCO COM NERVURA, SUSPENSÃO INJETADA EM PLÁSTICO COM PONTOS DE FIXAÇÃO, ENCAIXES LATERAIS PARA ACOPLAR ACESSÓRIOS, LEVE E ALTAMENTE RESISTENTE, COM CARNEIRA MACIA E AJUSTE COM SIMPLES E TIRA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA COBERTA DE MATERIAL SINTÉTICO, COM JUGULAR AJUSTÁVEL, INDICADO PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS SOBRE O CRÂNIO, <u>COR CINZA</u> , COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.	18.190.61
41	10	UN	CAPACETE DE SEGURANÇA PARA USO OCUPACIONAL CLASSE A, TIPO II, CASCO COM NERVURA, SUSPENSÃO INJETADA EM PLÁSTICO COM PONTOS DE FIXAÇÃO, ENCAIXES LATERAIS PARA ACOPLAR ACESSÓRIOS, LEVE E ALTAMENTE RESISTENTE, COM CARNEIRA MACIA E AJUSTE COM SIMPLES E TIRA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA COBERTA DE MATERIAL SINTÉTICO, COM JUGULAR AJUSTÁVEL, INDICADO PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS SOBRE O CRÂNIO, <u>COR VERDE</u> , COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.	18.190.62
42	300	PEÇA	CARTUCHO QUÍMICO CONTRA VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS, COMPOSTO DE RECIPIENTE PLÁSTICO	18.198.300





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			CONTENDO CARVÃO ATIVADO TRATADO E ENCAIXE TIPO ROSCA PARA SER UTILIZADO COM RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR DE MANUTENÇÃO, REUTILIZÁVEL, PEÇA FACIAL INTEIRA, CLASSE 1 - VAPORES ORGÂNICOS. LACRADO E COM VALIDADE DE 5 ANOS APÓS A DATA DE ENTREGA. APROVADO PELA NORMA NBR 13696/1966 (FILTROS QUÍMICOS E COMBINADOS) INDICADO PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS CONTRA A AÇÃO DE VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS COM CONCENTRAÇÃO AMBIENTAL INFERIOR A 1000PPM. TAIS COMO CLORO ATÉ 10PPM, DIOXÍDIO DE CLORO, ÁCIDO CLORÍDRICO ATÉ 50PPM, PINTURA EM SPRAY E PESTICIDAS, ACETONA, PETRÓLEO, PROPANO, ÁLCOOL, ETILENO, GLICOL, NAFTA, NICOTINA, OCTANA, ÉTER, PIRIDINA, ÁLCOOIS MINERAIS, ESTIRENO E TOLUENO. COMPATÍVEL COM RESPIRADORES OPIT FIT MODELOS 752000 E 762000, E SEMI-FACIAL 720000, 710000 E 70000. APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A.).	
43	150	UN	CHAPÉU DE PALHA, ABA LARGA, ACABAMENTO NA BORDA PARA NÃO DESFIAR, TAMANHO ÚNICO, DIÂMETRO APROXIMADO DE 40 CM, PARA PROTEÇÃO CONTRA SOL E SERENO.	18.190.63
44	30	UN	CINTURÃO DE SEGURANÇA DO TIPO PARAQUEDISTA COM DOIS PONTOS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA, UM PONTO PARA SUSTENTAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO E UM PONTO DE ANCORAGEM PARA POSICIONAMENTO, SENDO LAÇO FRONTAL DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA, CONFECCIONADO COM O MESMO MATERIAL DO CINTO, UMA ARGOLA "D" CONFECCIONADA EM AÇO GALVANIZADO PARA CONEXÃO DORSAL, EM AÇO, DUAS ARGOLAS DE POSICIONAMENTO TIPO "D", CONFECCIONADA EM AÇO GALVANIZADO INCLINADAS, UTILIZADA PARA POSICIONAMENTO, CINTURÃO ABDOMINAL E PERNEIRAS ACOLCHOADAS COM SISTEMA DE CONFECCIONADO EM FITA DE MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA TENACIDADE, COM 45MM DE LARGURA E LINHAS DE COR CONTRASTANTES ÀS FITAS DO CINTO, FIVELAS DUPLAS DE AÇO PARA AJUSTES NAS PERNA. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).	18.190.64
45	250	UN	CHAPÉU AUSTRALIANO COM PROTEÇÃO DE PESCOÇO, COM PROTEÇÃO SOLAR, COR CINZA ESCURO LISO, TECIDO OXFORD	18.190.20
46	33	UN	CINTO DE SEGURANÇA ABDOMINAL TIPO PARAQUEDISTA COM REGULAGEM TOTAL, 5 PONTOS DE ANCORAGEM, CONFECCIONADO EM FITA DE POLIÉSTER, 2 MEIA-	18.190.84





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			ARGOLAS PARA POSICIONAMENTO NA CINTURA, 1 MEIA-ARGOLA COM PONTO DE CONEXÃO DORSAL, 1 MEIA-ARGOLA NA ALTURA DO ABDÔMEN, 1 MEIA-ARGOLA NA ALTURA DO VENTRE QUE FIXA A UM MOSQUETÃO OVAL AO CINTO, 5 FIVELAS DUPLAS PARA AJUSTE NAS PERNAS, CINTURA E OMBRO, 2 ALÇAS PARA PORTA FERRAMENTAS, AJUSTE PEITORAL E ALMOFADA PARA PROTEÇÃO LOMBAR E DAS PERNAS, POSSUI REGULAGEM TOTAL. UTILIZADO EM ATIVIDADES A MAIS DE 2 METROS DE ALTURA DO PISO, NAS QUAIS HAJA RISCO DE QUEDA DO TRABALHADOR, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.	
47	20	UN	KIT CINTA CATRACA AMARRAÇÃO DE ESCADA 35MM, CONTENDO 1 CATRACA E 2 GANCHOS, CONFECCIONADOS EM POLÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA, CAPACIDADE DE CARGA DE NO MÍNIMO 2.000 KG, UTILIZADAS PARA AMARRAÇÃO DE ESCADAS EM SISTEMA DE LINHA DE VIDA.	18.190.65
48	10	UN	MÁSCARA DE SOLDA DE SEGURANÇA, COMPOSTA DE ESCUDO CONFECCIONADO EM CELERON, COM CARNEIRA DE PLÁSTICO, COM REGULAGEM DE TAMANHO. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).	18.190.66
49	75	ROLO	FITA ADESIVA ANTIDERRAPANTE PRETA, LARGURA 50MM, COMPRIMENTO 20MTS, CONFECCIONADA EM BORRACHA E ABRASIVOS ARTIFICIAIS, RESISTENTE A CHUVAS E TRÁFEGO INTENSO, PREVINE ACIDENTES EM ÁREAS INTERNAS E EXTERNA, RESISTENTE Á ÁGUA OU GRAXA, IDEAL PARA APLICAÇÃO EM ESCADAS, CALÇADAS, RAMPAS E DEMAIS ÁREAS ESCORREGADIAS. AUTO ADESIVA, ADERE A QUALQUER SUPERFÍCIE LISA, LIMPA E SECA.	18.190.67
50	120	ROLO	FITA ZEBRADA PARA SINALIZAÇÃO; MATERIAL PLÁSTICO NA LARGURA DE 70MM X 200 METROS; COR PRETO E AMARELO NO FORMATO DAS CORES DIAGONAL.	18.190.68
51	50	UN	LENTE RETANGULAR DE VIDRO ESCURA Nº 10 PARA MÁSCARA DE SOLDA, MATERIAL: VIDRO, DIMENSÕES: 10,7 X 5,0 (CM), EM FORMATO: RETANGULAR, COR: PRETO, APRESENTAR O C. A. (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO).	18.190.69
52	200	PAR	LUVA DE PROTEÇÃO, CONFECCIONADA EM SUPORTE TÊXTIL DE ALGODÃO, COM FORRO DE ALGODÃO E BANHO EM BORRACHA NITRÍLICA, FORMATO ANATÔMICO, COM PUNHO EM MALHA, NA COR AZUL, PROTEÇÃO DAS MÃOS DE OBJETOS CORTANTES, PONTIAGUDOS E DE AGENTES	18.190.70





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			FÍSICOS, BIOLÓGICOS E QUÍMICOS. TAMANHO 10, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.	
53	120	PAR	LUVA DE PROTEÇÃO, CONFECCIONADA EM SUPORTE TÊXTIL DE ALGODÃO, COM FORRO DE ALGODÃO E BANHO EM BORRACHA NITRÍLICA, FORMATO ANATÔMICO, COM PUNHO EM MALHA, NA COR AZUL, PROTEÇÃO DAS MÃOS DE OBJETOS CORTANTES, PONTIAGUDOS E DE AGENTES FÍSICOS, BIOLÓGICOS E QUÍMICOS. TAMANHO 8, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.	18.190.71
54	50	PAR	LUVA DE PROTEÇÃO, CONFECCIONADA EM SUPORTE TÊXTIL DE ALGODÃO, COM FORRO DE ALGODÃO E BANHO EM BORRACHA NITRÍLICA, FORMATO ANATÔMICO, COM PUNHO EM MALHA, NA COR AZUL, PROTEÇÃO DAS MÃOS DE OBJETOS CORTANTES, PONTIAGUDOS E DE AGENTES FÍSICOS, BIOLÓGICOS E QUÍMICOS. TAMANHO 9, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.	18.190.72
55	200	PAR	LUVA RASPA, CONFECCIONADA EM RASPA DE COURO NATURAL, REFORÇO INTERNO EM RASPA, TANTO NA PALMA COMO TAMBÉM NA FACE PALMAR DOS DEDOS; REFORÇO EXTERNO EXTRA, LOCALIZADO ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR; AMBIDESTRAS, COMPRIMENTO DO PUNHO DE APROXIMADAMENTE 07 CM. APROVADA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO C.A (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO).	18.190.73
56	250	PAR	LUVA DE SEGURANÇA TAMANHO G. CONFECCIONADA COM SUPORTE TÊXTIL COM REVESTIMENTO EM LÁTEX CORRUGADO, BANHO SEMI-TOTAL OU $\frac{3}{4}$, COM PUNHO DE SEGURANÇA E FORMATO ANATÔMICO. PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES E PERFURANTES E CONTRA AGENTES TÉRMICOS (CALOR DE CONTATO). APROVADA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO C.A (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO).	18.190.74
57	700	PAR	LUVA DE SEGURANÇA; TAMANHO: GRANDE; CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRÍLICO HIPOALERGÊNICO. SUPERFÍCIE TEXTURIZADA; CANO LONGO; FACE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA; DORSO E PUNHO LIGEIRAMENTE ASPERADOS; REVESTIMENTO INTERNO	15.65.347





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			EM FLOCOS DE ALGODÃO; AMBIDESTRA; RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS.	
58	700	PAR	LUVA DE SEGURANÇA; TAMANHO: MÉDIO; CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRÍLICO HIPOALERGÊNICO. SUPERFÍCIE TEXTURIZADA; CANO LONGO; FACE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA; DORSO E PUNHO LIGEIRAMENTE ASPERADOS; REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO; AMBIDESTRA; RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS	15.65.344
59	700	PAR	LUVA DE SEGURANÇA; TAMANHO: PEQUENO; CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRÍLICO HIPOALERGÊNICO. SUPERFÍCIE TEXTURIZADA; CANO LONGO; FACE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA; DORSO E PUNHO LIGEIRAMENTE ASPERADOS; REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO; AMBIDESTRA; RESISTENTE A AGENTES QUÍMICOS	15.65.346
60	25	PAR	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM PVC, FORRADA COM TECIDO 100% ALGODÃO, ANTIALÉRGICO E PALMA ÁSPERA COM PROPRIEDADES ANTIDERRAPANTES E ALTA RESISTÊNCIA À ABRASÃO, PARA UTILIZAÇÃO EM TRABALHOS QUE EXIJAM RESISTÊNCIA A RISCOS MECÂNICOS, ABRASÃO, CORTES, RASGAMENTO, PERFURAÇÃO E RISCOS QUÍMICOS; COMPRIMENTO TOTAL DA LUVA DE 70CM, TAMANHO G. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.	18.190.75
61	150	PAR	LUVA DE SEGURANÇA EM VAQUETA CURTIDA AO CROMO, PETROLEIRO, PALMA LISA, UNIÃO DA FACE PALMAR COM A DORSAL POR MEIO DE COSTURA SUPERIOR SOBREPOSTA, REFORÇO INTERNO NA PALMA, TIRA DE REFORÇO ENTRE OS DEDOS POLEGAR E O INDICADOR, CANO CURTO, COM PUNHO DO MESMO MATERIAL DA LUVA, ACABAMENTO NO PUNHO COM VIÉS, ELÁSTICO EMBUTIDO NO DORSO NA REGIÃO DO PUNHO, TAMANHO G. PROTEGE AS MÃOS CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE. IDENTIFICADA COMO NOME DO FABRICANTE E O CA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	18.190.76
62	25	UN	MANGOTE DE RASPA, CONFECCIONADO EM RASPA DE COURO NATURAL, COM TIRA EM RASPA E FIVELA. APROVADO PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE E TÉRMICOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE SOLDAGEM E PROCESSOS SIMILARES. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO - CA, EXPEDIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	18.190.77





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

63	15	CX	MÁSCARAS DESCARTÁVEL, TRIPLA CAMADA DE PROTEÇÃO, COM ELÁSTICO, EM CAIXA COM 50 UNIDADES.	23.103.523
64	75	UN	ÓCULOS DE PROTEÇÃO, COM LENTE DE SEGURANÇA EM POLICARBONATO ÓTICO INCOLOR, COM TRATAMENTO ANTIRISCO E ANTIEMBAÇANTE ARMAÇÃO PRETA, APOIO NASAL E PROTEÇÃO LATERAL NO MESMO MATERIAL DA LENTE, HASTES TIPO ESPÁTULA COM AJUSTE DE COMPRIMENTO PARA MELHOR ADAPTAÇÃO AO ROSTO DO USUÁRIO. PROTEGE O USUÁRIO CONTRA RADIAÇÕES ULTRAVIOLETA, CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS NA REGIÃO OCULAR EVITANDO ACIDENTES DE TRABALHO RESISTENTE A IMPACTOS E CHOQUES FÍSICOS DE MATERIAIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS COMO FRAGMENTOS DE MADEIRA FERRO RESPIGOS DE PRODUTOS ÁCIDOS CÁUSTICOS ENTRE OUTROS, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A.	18.190.78
65	200	UN	PROTETOR AURICULAR DE SILICONE TIPO PLUG, COM CORDÃO, CONFECCIONADO EM SILICONE GRAU FARMACÊUTICO, TIPO INSERÇÃO COMPOSTO POR UM EIXO COM TRÊS FALANGES, ONDE A PRIMEIRA, A SEGUNDA E A TERCEIRA SÃO FALANGES MACIÇAS E CÔNICAS, TODAS DE DIMENSÕES VARIÁVEIS, CONTENDO UM ORIFÍCIO NO SEU INTERIOR, PROTETOR TAMANHO ÚNICO MOLDÁVEL A DIFERENTES CANAIS AUDITIVOS COM O SEM SENSOR EM CORES VARIÁVEIS COM CORDÃO DE POLIPROPILENO OU CORDÃO DE SILICONE EM VÁRIAS CORES. COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A.	18.190.79
66	400	UN	PROTETOR SOLAR COM REPELENTE DE INSETOS, FATOR DE PROTEÇÃO MÍNIMA FPS 30, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DEVE FORNECER PROTEÇÃO CONTRA QUEIMADURAS SOLARES PROVENIENTES DOS RAIOS U.V.A. E U.V.B. DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALÉRGICO, NÃO OLEOSO, RESISTENTE À ÁGUA E AO SUOR, REGISTRADO NA ANVISA E PARA USO PROFISSIONAL. PROTEÇÃO CONTRA MOSQUITOS. FRASCO COM NO MÍNIMO DE 120ML.	18.190.80
67	350	UN	PROTETOR SOLAR, FPS MÍNIMO DE 90, ALTA PROTEÇÃO DA PELE CONTRA EFEITOS NOCIVOS DA RADIAÇÃO SOLAR, AÇÃO HIDRATANTE, RÁPIDA ABSORÇÃO, TEXTURA LEVE, SEM CORANTE, EM EMBALAGEM DE PLÁSTICO COM 200 ML, PARA USO EM TRABALHO A CÉU ABERTO, COM REGISTRO NA ANVISA.	18.198.344





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

68	650	UN	REPELENTE - REPELENTE PRINCÍPIO ATIVO: À BASE DE ICARIDINA, CONCENTRAÇÃO: ATÉ 25%, FORMA FARMACÊUTICA: SPRAY, PROTEGE INCLUSIVE CONTRA DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNHA. FRASCOS DE 200 ML. NÍVEL PROTEÇÃO DE MÍNIMO DE 4 HORAS; PARA USO ADULTO, O PRODUTO DEVE APRESENTAR REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	18.190.81
69	60	UN	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR, COM PEÇA FACIAL INTEIRA, TAMANHO G, COM VEDAÇÃO E COPA NASAL EM SILICONE E LENTE EM POLICARBONATO, CAMPO DE VISÃO DE 200°, COM 5 PONTOS PARA AJUSTE E SUSTENTAÇÃO INDEPENDENTE DA ÁREA DE VEDAÇÃO, CONECTORES DOS FILTROS TIPO ROSCA, COMPATÍVEL COM FILTROS MECÂNICOS, COMBINADOS E CARTUCHOS QUÍMICOS CASSE 1, ATENDENDO A NORMA ANZI Z87 E SUAS POSSÍVEIS ATUALIZAÇÕES, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.	18.198.239
70	30	UN	TALABARTE DE SEGURANÇA, EM FITA DE POLIÉSTER ELÁSTICA DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ABSORVEDOR DE ENERGIA, DOIS CONECTORES EM AÇO, COM NOME COMERCIAL DO FABRICANTE OU IMPORTADORA E NÚMERO DO C.A. IMPRESSOS COM CARACTERES INDELÉVEIS E LOCAL VISÍVEL.	18.190.82
71	100	CJ	UNIFORME ELETRICISTA - CONJUNTO UNIFORME ELETRICISTA, COMPOSTO DE CAMISA MANGA COMPRIDA E CALÇA. NR10 RISCO II CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO 8.6OZ (290 g/m²); COM TRATAMENTO RETARDANTE A CHAMA, COMPOSTO DE: CALÇA DE CÓS, COM DOIS BOLSOS FRONTAIS E DOIS BOLSOS NA TRASEIRA, COM FAIXAS REFLETIVAS NAS PERNAS NA ALTURA DA CANELA E COM FECHAMENTO EM ZÍPER DE PLÁSTICO; CAMISA COM GOLA TIPO ESPORTE COM BOLSO DE PRESSÃO, ABERTURA FRONTAL, COM MANGAS LONGAS E PUNHOS AMERICANOS, FECHADOS POR BOTÃO DE PRESSÃO, COM FITAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS OMBROS ACIMA DO BOLSO, E COSTAS E MANGAS NA DIREÇÃO DO BOLSO, NA ALTURA DO MUSCULO ACIMA DO COTOVELO. COR: CINZA COM FAIXAS REFLETIVAS LARANJADO E PRATA. A EMPRESA GANHADORA DO CERTAME DEVERÁ ENVIAR AS MEDIDAS DOS UNIFORMES PARA QUE OS SERVIDORES ESCOLHAM OS TAMANHOS ADEQUADOS. DEVERÁ SER BORDADA O LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE	18.190.83





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

			TREMEMBÉ, TAMANHO 5CMX8CM, NO BOLSO FRONTAL DA CAMISA. OBS: CALÇA COM FECHAMENTO COM ZIPER E FAIXAS REFLETIVAS NAS CORES LARANJA FLUORESCENTE COM PRATA. O UNIFORME DEVERÁ ATENDER OS DISPOSITIVOS DA NORMA REGULAMENTADORA DE NÚMERO 10 (NR-10). É OBRIGATORIAMENTE A FIXAÇÃO DAS FAIXAS NO MESMO LOCAL E ALTURA. OBJETIVOS PROTEÇÃO DO CORPO DO USUÁRIO CONTRA ARCO ELÉTRICO PROVENIENTE DOS TRABALHOS COM REDES ENERGIZADAS. INFORMAÇÕES IMPORTANTES ESTE EPI DEVERÁ SER IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO DA PEÇA, NÚMERO DO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE.	
--	--	--	--	--

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO

9.1. Visando verificar as soluções de mercado foi realizado levantamento de contratações realizadas por órgãos e entidades públicas, bem como realizada pesquisa de mercado com empresas especializadas na área e consultados certames licitatórios promovidos recentemente por órgãos da administração pública.

9.2. Dessa forma verificamos que aquisição em tela consiste em uma solução simples e de natureza parcelada, uma vez que somente o fornecimento do material, basta para que o objetivo e as necessidades sejam atendidos.

9.3. Existe uma ampla gama de fabricantes ou importadores de EPI's e EPC's no mercado nacional, o que demonstra a capacidade de fornecimento desse tipo de produto em qualquer região do país, não havendo impedimentos para a realização de um processo para registro de preços para aquisição de equipamentos de segurança novos, por parte desta municipalidade.

9.4. Chega-se à conclusão que a melhor solução técnica e econômico para o Município seria: aquisição por meio de Registro de Preços de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's).

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A estimativa da aquisição foi projetada de acordo com disponibilidade financeira e estimativa de uso das secretarias solicitantes, será utilizado cerca de R\$310.000,00 (trezentos e dez mil reais)

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

11.1. A solução proposta é a aquisição via Registro de Preços para futura e eventual aquisição do objeto de proteger o servidor em situações nas quais suas atividades sejam realizadas na presença de algum risco ambiental capaz de prejudicar sua segurança e saúde, visando atender as necessidades do Município de Tremembé.

11.2. Proteger o servidor em situações nas quais suas atividades sejam realizadas na presença de algum risco ambiental capaz de prejudicar sua segurança e saúde.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1. Escolheu-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**, nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento,





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Proc. nº 1731/2025

Folha _____

quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. Nesse caso, sugerimos a licitação por itens, onde o objeto é dividido em partes específicas, cada qual representando um bem de forma autônoma, visando um aumento da competitividade do certame, pois possibilita a participação de vários fornecedores.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

13.1. Pretende-se que, após a entrega dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's), os servidores estejam protegidos adequadamente dos riscos e doenças ocupacionais durante a realização de suas atividades.

13.2. Resguardar a segurança e salubridade de funcionários bem como atendimento legal vigente.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

14.1. A presente aquisição não possui ações a serem tomadas pela Administração anterior à celebração do contrato.

14.2. Os pedidos serão realizados de acordo com a necessidade dos setores cabendo ao funcionário designado como fiscal realizar o efetivo recebimento conferindo se o produto entregue atenda as exigências editalícias. Para o acompanhamento da execução das entregas dos produtos serão indicados os funcionários para fiscal Sidemir Nunes de Almeida e para gestor Márcio dos Santos na Ata de Registro de Preços.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

15.1. Não existem contratações em andamento que venham fazer correlação ou dependência com o serviço pretendido.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

16.1. Os EPIs objetos desta contratação têm impactos ambientais que demandam cuidados específicos por ocasião do descarte.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

17.1. Justifica-se a viabilidade da aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's), pois trata-se de procedimento administrativo indispensável para o pleno e correto funcionamento deste Município, que será adquirido visando a proteção e prevenção dos servidores, neste município. Diante de todas as manifestações aqui apresentadas, julgamos viável a promoção do certame. Sendo assim, declaramos para os devidos fins, que os requisitos do presente Estudo Técnico Preliminar foram cumpridos na íntegra.

Equipe de planejamento:

Leomar Oliviera Dias

Engenheiro

Yuri Lagrotti

Engenheiro

Plínio Xavier Lopes Neto

Secretário de Obras Públicas e Serviços Urbanos



Prefeitura de
TREMEMBÉ